



CARAVANA FEDERATIVA

Piauí

20 e 21 de Junho

 *Centro de Convenções de Teresina*



Sumário

Sobre a Caravana.	6
1. Ministério da Saúde	7
2. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.	10
3. Ministério da Educação.	11
4. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE	12
5. Ministério das Cidades	12
6. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	15
7. Ministério da Justiça e Segurança Pública	16
8. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	19
9. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.	20
10. Ministério da Igualdade Racial	26
11. Ministério das Mulheres	29
12. Ministério dos Povos Indígenas	32
13. Ministério do Esporte	34
14. Ministério da Cultura	34
15. Ministério de Minas e Energia	35
16. Ministério dos Transportes	35
17. Ministério de Portos e Aeroportos	36
18. Ministério das Comunicações	36
19. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS	36
20. Ministério da Agricultura e Pecuária	39
21. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	39

22.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	40
23.	Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	42
24.	Ministério da Pesca e Aquicultura	43
25.	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	46
26.	Ministério do Trabalho e Emprego	54
27.	Ministério da Fazenda - Receita Federal do Brasil	55
28.	Ministério da Previdência Social	55
29.	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.	55
30.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço.	56
31.	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	74
32.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	74
33.	Ministério do Turismo	75
34.	Caixa Econômica Federal	75
35.	Banco do Brasil.	78
36.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	80
37.	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.	80
38.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Ministério do Planejamento e Orçamento	81
39.	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	82
40.	Controladoria-Geral da União.	82
41.	Advocacia-Geral da União	83
42.	Secretaria - Geral da Presidência da República.	83
43.	Secretaria de Comunicação Social	84

Estamos retomando a relação entre governo federal, estados e municípios, e trabalhando pela união, reconstrução e pelo futuro do Brasil. Não só estamos recebendo e ouvindo as demandas de prefeitos, deputados e vereadores de todo o Brasil como vamos, com a Caravana Federativa, ir a cada região para entrar em contato com as demandas dos governos locais para a construção de um país melhor para todos.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

O governo federal está junto com os municípios e com os estados, e é por isso que criamos a Caravana Federativa, trazendo todos os ministérios para o Piauí. Estamos de braços dados para ampliar parcerias, programas como o novo Mais Médicos, mais recursos para Cultura e para a retomada de obras educacionais, e mais investimentos para casas populares com o Minha Casa, Minha Vida.

Alexandre Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais

Sobre a Caravana

A Caravana Federativa tem como principal objetivo levar o atendimento, a informação e a cooperação entre os entes federados. Isso é feito através da participação ativa dos Ministérios e demais órgãos federais em um esforço conjunto para democratizar o acesso aos programas e serviços essenciais.

Durante o evento, você terá acesso direto aos Ministérios e autarquias que oferecerão atendimento personalizado. Essa é uma oportunidade ímpar para esclarecer dúvidas, buscar apoio e, mais importante ainda, para identificar maneiras de melhorar os serviços oferecidos em sua comunidade.

Manter-se informado sobre os programas e recursos disponíveis é crucial para atender às necessidades de seu município. A Caravana Federativa oferece informações atualizadas diretamente dos responsáveis pelos programas governamentais.

Bem-vindo ao Catálogo de Serviços da Caravana Federativa, seu passaporte para uma jornada única de cooperação, conhecimento e acesso direto aos ministérios e empresas que se unem para fazer a diferença em nosso país.

Cooperação

Na Caravana Federativa, a cooperação efetiva é mais do que uma ideia; é a espinha dorsal de nosso evento. Cada ministério e empresa trará seu conhecimento, experiência e recursos para criar um ambiente de aprendizado mútuo. Esta é uma oportunidade de troca de experiências sem igual, onde você pode aprender com especialistas, compartilhar suas próprias experiências e construir pontes entre setores e regiões.

Informação

O Catálogo de Serviços da Caravana Federativa será seu guia para uma experiência que coloca o acesso direto aos ministérios, a troca de experiências e a informação atualizada ao seu alcance.

1. MINISTÉRIO DA SAÚDE

<https://www.gov.br/saude>

Gestão do SUS

- Articulação Interfederativa e Participativa
- Planejamento em Saúde
- Instrumentos de Planejamento do SUS
- Regionalização
- Participação e Controle Social



Secretaria de Atenção Primária à Saúde – SAPS

- Gestão do cuidado integral
- Saúde da Família e Comunidade
- Prevenção e Promoção da Saúde
- Apoio à Gestão da Atenção Primária
- Financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS)
- Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)
- e-SUS Atenção Primária
- Unidades Básicas de Saúde - UBS
- Unidades Básicas de Saúde FLUVIAL
- Programa Previne Brasil
- Programa Mais Médicos
- Programa FARMÁCIA
- Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB)
- Programa Saúde na Escola
- Programa Saúde na Hora
- Programa Academia da Saúde (PAS)
- Estratégia Consultório na Rua
- Estratégia de Saúde Cardiovascular (ECV)
- Equipes de Saúde da Família
- Equipes de Saúde da Família Ribeirinha
- Equipes de Saúde Bucal
- Laboratório Regional de Prótese Dentária
- Centro de Especialidade Odontológica
- Unidade Odontológica Móvel
- Serviço Especializado em Saúde Bucal
- Agentes Comunitário de Saúde
- Equipes Prisionais Municipais
- Saúde de Adolescentes em atendimento socioeducativo
- Residência Profissional



- Programa Incentivo de Atividade Física
- Academia da Saúde
- Equipes Multiprofissionais
- Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)

Secretaria de Atenção Especializada – SAES

- Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade (SISMAC)
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192)
- Doenças raras
- Políticas e programas para pessoas com deficiência
- Unidades de Pronto Atendimento (UPA)
- Atenção hospitalar, domiciliar e de urgência;
- Força Nacional do SUS
- Sistema Nacional de Transplantes (SNT)
- Regulação assistencial, políticas e ações sobre saúde mental
- Entidades beneficentes de assistência social em saúde
- Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer (PNPCC)
- Política Nacional de Atenção Especializada à Saúde (PNAES)
- Políticas e Programas relacionados à Atenção Especializada à Saúde (média e alta complexidade) e Atenção Ambulatorial Especializada



Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)

- Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena
- Departamento de Projetos e Determinantes Ambientais da Saúde Indígena
- Coordenação-Geral de Gestão do Conhecimento da Informação da Avaliação e do Monitoramento da Saúde Indígena
- Coordenação-Geral de Participação e Controle Social na Saúde Indígena
- Distritos Sanitários Especiais Indígenas
- Casas de Saúde Indígena



Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA)

- Política Nacional de Vigilância em Saúde
- Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, de doenças transmissíveis e de agravos e doenças não transmissíveis e eventos de saúde pública
- Programa Nacional de Imunizações - PNI
- Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental
- Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública
- Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora



Secretaria de Informação de Saúde Digital (SEIDIGI)

- Política Nacional de Monitoramento e Avaliação do SUS
- Política Nacional de Saúde Digital, Inovação e Telessaúde no SUS
- Política de Inovação em Saúde Digital do Ministério da Saúde
- Sistema Nacional de Informações em Saúde (SNIS)
- Meu SUS Digital
- Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS)
- Informatiza APS - Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde



Fundo Nacional de Saúde – FNS

- Saldos e repasses de verbas fundo a fundo
- Painel Transferegov.br
- Instrumentos de investimentos
- Obras fundo a fundo
- Sistema de Investimento do SUS (InvestSUS Gestão)
- Saldos da Lei Complementar nº 197
- Acompanhamento das propostas relacionadas a Portaria GM/MS nº 544
- Piso nacional da enfermagem
- Prazos para execução de emendas parlamentares
- Novo PAC Seleções Saúde
- Equipamentos financiáveis para o SUS
- Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS)
- Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB)



Secretarias com pontos focais em Brasília disponíveis para atendimentos por telefone

- Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA)
- Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)
- Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS)
- Secretaria de Informação de Saúde Digital (SEIDIGI)



2. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

Informações e orientações sobre a situação de contratos, convênios e outros instrumentos de repasse orçamentário e financeiro para programas e ações institucionais de saúde preventiva em municípios de **até 50 mil habitantes e em todas as áreas rurais**, inclusive comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas e ribeirinhos, dentre outras), referentes à:

- Sistemas de Abastecimento de Água (SAA)
- Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES)
- Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)
- Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD)
- Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas (MHCDCh)
- Projetos de coleta e reciclagem de materiais (apoio a catadores)
- Apoio para gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50 mil habitantes
- Apoio ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano para prevenção e controle de doenças e agravos
- Educação em saúde ambiental para promoção da saúde
- Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Ambiental e Saneamento



3. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Básica (SEB)

- Manutenção Educação Infantil
- Primeira Infância na Escola
- Compromisso Nacional Criança Alfabetizada
- Programa Escola em Tempo Integral
- Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD)
- Suporte técnico a dirigentes e equipes das secretarias de educação acerca do PDDE Interativo
- Ações Integradas da Secretaria de Educação Básica
- Orientações sobre a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas - ENEC
- Orientações sobre a Política de Inovação Educação Conectada – PIEC
- Repactuação dos recursos da Lei nº 14.172/2021 - TransfereGov
- Criação de Unidades Executoras – Uex
- Orientações e consultas sobre pendências das Unidades Executoras - UEx e Entidades Executoras – Eex
- Preenchimento do Plano de Aplicação Financeira – PAF
- Recursos do PDDE Qualidade parados em conta
- Instalação do medidor de internet e contratação dos serviços de internet (velocidade ideal)
- Aquisições de materiais e equipamentos de conectividade
- Retirada de antenas satélites
- Diagnóstico, planejamento e reprogramação de itens de aquisição com recursos do PAR
- Recursos de emendas parlamentares destinadas no PAR
- Acesso e navegação na Plataforma SIMEC
- Acesso e navegação na ferramenta PDDE Interativo/ Qualidade (Educação Conectada)
- Consultas e navegação no PDDE Info
- Acesso e navegação na plataforma AVAMEC
- Orientações de acesso e navegação na plataforma MECRED
- Canais de comunicação e atendimento - Fale Conosco

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão- Secadi

- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE água e campo

4. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE

- Atendimento sobre situação de obras
- Plano de Ações Articuladas (PAR)
- Programas educacionais:
 - » Dinheiro Direto na Escola
 - » Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE)
 - » Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
 - » Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)
- Prestação de Contas

5. MINISTÉRIO DAS CIDADES

- **Novo PAC Seleções:** urbanização de favelas, regularização fundiária e redução de riscos de desastres em áreas urbanas - contenção de encostas.
- Apresentar as linhas de atendimento do **Minha Casa Minha Vida – MCMV**
- **Melhores alternativas do MCMV**, conforme as necessidades de cada ente sub-nacional
- Situações específicas de empreendimentos vigentes de fases anteriores do programa **Minha Casa Minha Vida – MCMV**
- Programas de desenvolvimento e de mobilidade Urbana, obras de saneamento básico
- **Ações da Caravana das Periferias e do Prêmio Periferia Viva**
- Estruturação de projetos e contratos vigentes nas 5 secretarias do Ministério das Cidades

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano,

- Programa Pro-Cidades, de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa 5601 - Cidades Melhores (ação OOSY e Capacidades) que preveem:

Programa 5601 – Cidades Melhores:

Ação OOSY tem como objetivo fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade. A Ação prevê a elaboração de projetos e a execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma e/ou adaptação de espaços e logradouros públicos urbanos como: calçadas, praças, parques, feiras públicas,

áreas de lazer, calçadas, ciclovias integradas aos passeios, rotas acessíveis, estruturas para a prática de atividades físicas e demais lugares de convívio social.

A Ação OOSY é implementada por intermédio de 2 (duas) modalidades, que tem como mecanismo de implantação o apoio à administração direta ou indireta de estados, do Distrito Federal e de municípios, por meio da celebração de contratos de repasse e seleção após publicação de editais:

Modalidade 1 - Apoio a projetos e obras de intervenção urbana integrada.

Mecanismo de implementação: Apoio à administração direta ou indireta de estados, do Distrito Federal e de municípios, por meio da celebração de contratos de repasse.

Finalidade: Apoio a estados, municípios e Distrito Federal para intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido. Visa elaboração de estudos, planos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação, restauração, reforma, retrofit ou adaptação de edifícios, espaços públicos e logradouros públicos, dentro de um perímetro urbano definido.

Modalidade 2 – Apoio à Modernização tecnológica para Desenvolvimento Urbano Integrado.

Mecanismo de implementação: Apoio à administração direta ou indireta de estados, do Distrito Federal e de municípios, por meio da celebração de contratos de repasse.

Finalidade: Fomentar a implantação de tecnologia para assegurar o desenvolvimento urbano no âmbito do Programa Fortalecimento das Capacidades Governativas Subnacionais, visando otimizar a prestação dos diversos serviços públicos à população, garantindo o desenvolvimento urbano sustentável; o apoio a estratégias, programas, projetos, produtos e ações com soluções inteligentes vinculadas a gestão urbana; e a capacitação de servidores e agentes municipais para conhecimento, uso e operação dos sistemas tecnológicos utilizados, associados a execução de obras.

Os contratos de repasse deverão apresentar um valor de repasse mínimo de **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**, no caso de objetos que contemplem a execução de obras e/ou serviços de engenharia.

Após a indicação da emenda parlamentar, a proposta deverá ser cadastrada na Plataforma TransfereGov, pelo link:

<https://idp.transferegov.sistema.gov.br/idp/>

Programa de Desenvolvimento Urbano - Pró-Cidades:

O Programa Pró-Cidades tem por objetivo proporcionar aos estados e aos municípios brasileiros condições para formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano, previamente definido, e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas.

Poderão ser financiadas no âmbito do Pró-Cidades intervenções de desenvolvimento urbano nas seguintes modalidades:

Reabilitação de áreas urbanas: financiamento de intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano, previamente definido

Modernização tecnológica urbana: financiamento de implantação e desenvolvimento de soluções e ferramentas tecnológicas no âmbito do conceito de cidades inteligentes.

O Pró-Cidades funciona por meio de processo de seleção pública (<https://servicos.mdr.gov.br/>) de empreendimentos com vistas à contratação de operações de crédito para financiar as ações de desenvolvimento urbano. Os proponentes poderão apresentar suas propostas que, após processo de seleção, poderão ser implantadas por meio de contratos de financiamento celebrados com os agentes financeiros escolhidos.

Programa Nacional de Capacitação das Cidades – Capacidades, criado em 2007 no âmbito do Ministério das Cidades, tem como finalidade fornecer instrumentos de gestão, de planejamento e de capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas junto aos Estados, Municípios, Distrito Federal e às organizações da sociedade civil. A partir de 2012, o Programa passou a contar com o Portal Capacidades, importante plataforma de promoção e divulgação de cursos e eventos presenciais e de Ensino à Distância – EAD, que registra, até o momento, mais de 172 mil usuários cadastrados e mais de 90 mil certificados emitidos.

O Capacidades foi relançado em novembro de 2023 com a oferta de novos cursos e a promoção de eventos relacionados à política urbana, tendo como parceira a Escola Virtual de Governo – EV.G para a oferta de cursos EAD. Além disso, o Portal Capacidades contará ainda com uma biblioteca virtual com publicações disponíveis para download. Nesse sentido, o Capacidades poderá recepcionar cursos e publicações relacionados às ações voltadas ao planejamento e na implementação das políticas públicas urbanas.

6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS

- Proteção Social Básica (PSB)
- Criança Feliz
- Proteção Social Especial
- Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- Operação Acolhida
- Serviços de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências



Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC

- Programa Bolsa Família – PBF
- Condicionalidades do Bolsa Família
- Auxílio Gás

Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD

- Cadastro Único, é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Podem ser cadastradas famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou superior, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão ou acompanhamento de programas sociais nas três esferas do governo. Ele é o principal instrumento para inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais do Governo Federal, governos estaduais e municipais voltados ao atendimento desse público, bem como contribuir para a integração dessas políticas. É, dessa forma, uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas de proteção social.

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN

- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- Programa de Fomento Rural
- Programa Nacional de Apoio à Capacitação de Água de Chuva e outra Tecnologias Social de Acesso à Água (Programa Cisternas)
- Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSANs)
- Ação de Distribuição de Alimentos (ADA)
- Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

Secretaria de Inclusão Socioeconômica – SISEC

- Plano Aprender e Empreender

Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família – SNCF

- Política Nacional de Cuidados Plano Nacional de Cuidados

Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome – SECF

- Brasil sem Fome
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)

Ações de Recorte Racial

- Política Nacional de Cuidados e Plano Nacional de Cuidados
- Programa de Aquisição de Alimentos - PAA
- Brasil sem Fome
- Cadastro Único

7. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PRONASCI II

O PRONASCI destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas com a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural.

Público Alvo: Estados e Municípios

Abrangência: Nacional

Metas:

Os **eixos do PRONASCI II** estão relacionados as seguintes Metas e Ações do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Meta 1: Reduzir a taxa nacional de homicídios para abaixo de 16 mortes por 100 mil habitantes até 2030.

Meta 2: Reduzir a taxa nacional de lesão corporal seguida de morte para abaixo de 0,30 morte por 100 mil habitantes até 2030.

Meta 4: Reduzir a taxa nacional de mortes violentas de mulheres para abaixo de 2 mortes por 100 mil mulheres até 2030.

Meta 11: Aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividade laboral, com o total de 363.414 presos em atividades laborais até 2030.

Meta 12: Aumentar em 185% o quantitativo de presos que exercem atividades educacionais, com o total de 218.994 mil presos em atividades educacionais até 2030.

Ações Estratégicas:

Ação estratégica 2: Desenvolver e apoiar a implementação de programas e projetos que favoreçam a execução de ações preventivas e repressivas articuladas com outros setores, públicos e privados, para a redução de crimes e conflitos sociais.

Ação estratégica 9: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.

Ação estratégica 10: Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos.

Ação estratégica 11: Aperfeiçoar as condições de cumprimento de medidas restritivas de direitos, de penas alternativas à prisão e de penas privativas de liberdade, com vistas à humanização do processo e redução dos índices gerais de reincidência.

Ação estratégica 12: Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às mulheres, aos jovens e a outros grupos vulneráveis, bem como ao desaparecimento e ao tráfico de pessoas.

Casas da Mulher Brasileira

Parceria entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Mulheres para a coordenação, contratação, acompanhamento, execução, supervisão e avaliação das ações para a construção e equipagem de até 40 unidades das Casas da Mulher Brasileira.

Projeto Trânsito Compartilhado PRF

O Projeto Trânsito Compartilhado atua fomentando, junto ao Legislativo Municipal, criação de Leis instituindo a Semana Municipal de Trânsito, vinculando a comunidade local na responsabilidade individual e coletiva de um trânsito mais seguro para todos.

Por meio das Leis Municipais criadas, a Semana Municipal de Trânsito é implementada, fortalecendo as capacidades institucionais dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito locais, com ações preventivas executadas por todos, de forma integrada.

Assim, mais do que melhorar estatísticas, as atividades pelo trânsito seguro, como a ação que ora se propõe, implicam em preservar e salvar vidas.

Projeto Educar PRF

O Educar PRF é um projeto pedagógico, desenvolvido pela PRF em parceria com escolas, voltado para o desenvolvimento de atividades pedagógicas de EDT, nas instituições de ensino públicas ou particulares, podendo ser realizado em todos os níveis e modalidades, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Programas escolares de prevenção às drogas e à violência (Senad/MJSP)

Os programas oferecidos pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD/MJSP são baseados em evidências nacionais e internacionais para redução do uso de drogas e diminuição da violência. São eles:

Programa #Tamojunto (13 anos – Ensino Fundamental 2)

Transformações nas interações sociais entre pares e com educadores na direção de uma cultura de pertencimento.

São promovidas habilidades de vida como empatia, confiança mútua, expressão de sentimentos, assertividade e resolução de problemas.

Programa Famílias Fortes (13-14 anos, serviços de Assistência Social)

Fortalecimento de vínculos familiares, apoiando-se na promoção de habilidades parentais, estabelecimento de limites e cuidado.

Os adolescentes desenvolvem habilidades sociais e emocionais, incluindo resolução de conflitos e lidar com a pressão de pares.

Programa Elos – Construindo Coletivos (6 a 10 anos – Ensino Fundamental 1)

Estratégia lúdica para mediação de relações em sala de aula que aumentam o engajamento escolar e cooperação entre estudantes e reduz a incidência de conflitos e interações disruptivas.

Programa de prevenção para a Juventude em situação de risco e vulnerabilidade (Senad/MJSP)

Programa que busca ofertar alternativas lícitas de desenvolvimento comunitário a populações vulneráveis das periferias urbanas brasileiras, impactadas pela política sobre drogas e pelos conflitos em torno dos mercados ilegais de drogas. Aplicação do projeto está focalizada em adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade agravada, expostos a fatores de risco à letalidade violenta e ao aliciamento pelo crime organizado.

Seleção do território com base em indicadores de violência letal, tais como dados georreferenciados de homicídios, baixo índice de desenvolvimento humano e baixo índice de desenvolvimento social.

8. GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos – REGIC



O CTIR Gov realiza reuniões específicas com representantes das Empresas de Processamento de Dados Estatais, além de atendimentos aos Prefeitos, Secretários e representantes dos diversos municí-

pios, apresentando a estrutura do GSI, da SSIC e da REGIC. Destaca-se aqui, a importância do envolvimento e da adesão à REGIC no âmbito das três esferas governamentais, bem como de instituições de outros Poderes e entidades de relevância estratégica.

Segurança de Infraestruturas Críticas – SIC

A Coordenação-Geral de Segurança de Infraestruturas Críticas, coordena as ações no âmbito da administração pública federal para a implementação da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (Decreto nº 9.573, de 22/11/2018).

Adicionalmente, em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e outras entidades, como a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), apoia esforços para o aprimoramento da segurança e resiliência das infraestruturas críticas, beneficiando a prestação de serviços para a sociedade brasileira nos estados e municípios, além de colaborar para o desenvolvimento nacional.

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF

Esforço de 18 órgãos federais em articulação com os estados de fronteiras, por meio de seus Gabinetes de Gestão Integrada, visando à colaboração interagências entre os entes da Federação para o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão de ilícitos transfronteiriços, com ênfase na proteção das fronteiras brasileiras (Decreto nº 8.903, de 16/11/2016). Dentre as ações decorrentes do PPIF, estão as operações integradas que combatem os ilícitos transnacionais e ambientais nas fronteiras.

9. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Ouidoria Nacional dos Direitos Humanos

- É o canal de comunicação da sociedade com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Sua finalidade é, por meio do “Disque 100”, assegurar à população a oportunidade de registrar suas reclamações e denúncias de violações de direitos humanos.



- A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos tem a competência de receber, examinar, encaminhar, acompanhar e prestar informações aos cidadãos acerca de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos e da família. As denúncias podem ser anônimas. Quando solicitado, é garantido o sigilo da fonte das informações. Para receber atendimento ou fazer denúncias.

Disque: 100

WhatsApp: (61) 99611-0100

Telegram: DireitosHumanosBrasil

Fala BR: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

Pessoas surdas ou com deficiência auditiva:

<https://atendelibras.mdh.gov.br/ acesso>

Aplicativo “Clique Cidadania”

- O aplicativo “Clique Cidadania” é uma ferramenta digital, que contém informações e orientações sobre direitos, serviços e políticas públicas disponíveis no Brasil para pessoas brasileiras e migrantes, possibilitando o acesso rápido aos canais de proteção e de denúncia, bem como a informações relevantes e atualizadas em temas em direitos humanos, assistência social, educação, saúde, trabalho, entre outros. Acesse:

https://play.google.com/store/apps/details?src=AppAgg.com&id=br.gov.mmfdh.guiadireitoseservicos&referrer=utm_source%3DAppAgg.com%26utm_medium%3Dreferral%26utm_campaign%3DAppAgg

<https://apps.apple.com/br/app/clique-cidadania/id1625889124>

Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH)

- O “ObservaDH” é uma plataforma virtual de acesso público para difundir e analisar informações estratégicas sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, com narrativas de dados e painéis de indicadores sobre crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outras, permitindo consultas desagregadas por região, estados e municípios. Gestores nos níveis de governo federal, estadual e municipal podem ainda utilizar os Índices de Capacidade Institucional (ICI) para avaliar se possuem as capacidades necessárias para exercer adequadamente sua função de promoção, garantia e defesa de direitos para grupos sociais historicamente vulnerabilizados.

<https://observadh.mdh.gov.br>

Articulação Federativa

- Oferece apoio técnico para que as gestões possam criar ou estruturar Secretarias; Ouvidorias; Órgãos Colegiados e Serviços especializados vinculados à área de Direitos Humanos e de Cidadania.

- Promove e estimula a participação, a discussão, a articulação e a colaboração entre os representantes dos poderes públicos, na promoção e na proteção dos direitos humanos por meio do Fórum Permanente de Gestoras e Gestores de Políticas de Direitos Humanos.

Erradicação do Trabalho Escravo

- Orienta a instituição do 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo que faz parte do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo com a cooperação do Ministério Público.
- Prevê a elaboração e ajustes nos Pacto e estimula a criação de Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE).

Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

- Estimula a construção de espaços de diálogo entre órgãos executores da política LGBTQIA+ nas três esferas de governo e com a sociedade civil, como espaço de compartilhamento de experiências acerca das políticas públicas e articulação institucional.

Promoção da Liberdade Religiosa

Apoia programas, projetos, planos e ações estaduais e municipais que tenham por objetivo combater e enfrentar o racismo religioso, a intolerância e violência religiosas e a promoção da liberdade de culto.

Promoção dos Direitos Humanos

- Em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), firmaram Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de implementar, modernizar e qualificar Cozinhas Solidárias que tenham como público-alvo populações em situação de rua e catadores autônomos.

Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

- Disponibiliza, por meio de pontos de apoio, serviços gratuitos para a população em situação de rua, tais como de bagageiro para guardar pertences pessoais, documentos e outros itens, estações de acesso e utilização gratuita de bebedouros, banheiros com chuveiro e lavanderias.
- Oferece o Guia "Inclua – Pop Rua – Avaliação de Riscos de Desatenção, Exclusão ou Tratamento Inadequado da População em Situação de Rua" com o objetivo de orientar o atendimento a essa população. No material constam informações técnicas, boas práticas e orientações voltadas para intervenções que possibilitem um tratamento humanizado.

Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua

- O CIAMP-Rua tem como objetivo propor a criação, o fortalecimento e a integração entre os comitês estaduais, distrital e municipais de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).
GUIA INCLUA - POP RUA

Promoção do Registro Civil de Nascimento

- Orienta os municípios na formalização do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. Entre as diretrizes da adesão, estão: erradicação do sub-registro civil de nascimento por meio da realização de ações de mobilização para o registro civil de nascimento (RCN); divulgação sobre a orientação sobre a documentação civil básica (DB); ampliação da rede de serviços de RCN e DB para alcançar abrangência nacional; aperfeiçoamento do Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento, para garantir a universalização, a informatização, a padronização e a segurança; e ampliação do acesso gratuito ao RCN, ao RG e ao CPF, garantida a sustentabilidade dos serviços.

Registro Civil de Nascimento — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas.

- Coordena, acompanha e avalia as políticas e diretrizes para a implementação e articulação das ações governamentais e das medidas referentes à promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas.

GUIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS MIGRANTES

Educação e Cultura em Direitos Humanos.

- Disponibiliza o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH), Servidoras e servidores públicos, estudantes, representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e demais pessoas interessadas, formação voltada para o estabelecimento e fortalecimento de uma cultura voltada para a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania. Os cursos são gratuitos, ministrados na modalidade à distância e certificados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). São mais de 30 cursos sobre direitos humanos e cidadania com vagas ilimitadas e de acesso gratuito. Todos os municípios do país podem utilizar os cursos do PNEC-DH para formação de servidoras e servidores das mais diversas pautas para conhecer e se aprofundar no tema políticas públicas de direitos humanos e de cidadania.

Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos - PNEC-DH

Direitos da Criança e do Adolescente

- Por meio dos cursos oferecidos pela Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA), todas as pessoas que atuam junto a crianças e adolescentes, sejam servidoras e servidores públicos ou representantes da sociedade civil, podem aumentar seu nível de conhecimento, melhorar a qualidade do atendimento e fortalecer a rede de proteção ao público infante-juvenil. Os cursos são gratuitos e oferecem certificação pela Universidade de Brasília.

Interação Social

Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal

- Disponibiliza o programa "Envelhecer nos Territórios", que por meio de equipagem e capacitação nos territórios, formação de agentes locais de direitos humanos e fortalecimento da participação social nos conselhos de direitos da pessoa idosa através de diretrizes e capacitação das (os) conselheiras (os), visa estabelecer e fortalecer políticas públicas de direitos humanos e cidadania voltada às pessoas idosas.
- Possui o projeto Viva Mais Periferia que disponibiliza equipamentos de apoio assistencial que proporcionem mais autonomia e qualidade de vida às pessoas acamadas e domiciliadas residentes nas regiões periféricas dos municípios.

Direitos da Pessoa Idosa em Situação de Vulnerabilidade e Discriminação Múltipla

- Desenvolve o programa "Viva Mais Cidadania", que estimula a comunicação e a participação das pessoas idosas para a ampliação da conscientização e dos conhecimentos da comunidade sobre o envelhecimento e direitos da pessoa idosa e para a valorização da cultura, da territorialidade, da memória e da ancestralidade, na perspectiva da intergeracionalidade e observadas as características distintivas dos grupos sociais que vivem no território.

Edital Prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos. Categoria Juventude Negra Viva

- O "Prêmio Luiz Gama" foi criado por meio do Decreto nº 11.463, de 31 de março de 2023, com o objetivo de premiar pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos no país e mereçam destaque especial, e será concedido a cada dois anos, em anos pares. O prêmio Luiz Gama de Direitos Humanos será concedido a 20 categorias. As indicações deverão ser encaminhadas até o dia 15 de junho de 2024. Acesse:

https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=eLGL-_E6IESWa79RY--ax2pvzLhDR_QZNRbY9rH21q5UQUI1Mk1aUFJRN0lDMzFPVVBFN002WTZE-SiQlQCNPWcu&origin=lprLink

Sinalização e reconhecimento de lugares de memória de pessoas africanas escravizadas no Brasil.

- Descolonizar patrimônios e praças, renomeando-os em homenagem a figuras negras que façam menção à histórica luta dos negros no Brasil; por meio de produção e fixação de placas nos lugares de memória; além de organização de exposições; elaboração de catálogos e realização de cursos e oficinas sobre a memória africana nessas localidades.

Formação e letramento racial dos agentes de segurança pública

- Capacitação em direitos humanos para agentes de segurança pública, que deverá estar alinhada aos planos nacionais, setoriais e regionais que orientam as ações nessa área.

Diretrizes técnicas e formação para abordagem policial envolvendo crianças e adolescentes.

- Formulação, em conjunto com o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, de diretrizes técnicas para abordagens policiais envolvendo crianças e adolescentes, com vistas a reduzir o racismo institucional. As diretrizes serão difundidas por meio de capacitações específicas voltadas a agentes de segurança pública e às conselheiras e conselheiros tutelares.

Plano Nacional Ruas Visíveis - Pelo Direito ao futuro da População em Situação de Rua

- A partir de sete eixos estruturantes, quais sejam, Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde; Violência Institucional; Cidadania, Educação e Cultura; Habitação; Trabalho e Renda; e Produção e Gestão de Dados, o "Plano Ruas Visíveis" abarca os seguintes programas e ações: Programa Moradia Cidadã; Implementação de cozinhas solidárias; Fomento aos Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS); Protocolo para proteção da população em situação de rua e enfrentamento à violência institucional; Formação de agentes da guarda municipal para prevenção e enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua; Disque 100 - Disque Direitos Humanos sobre violações de direitos humanos da população em situação de rua; Disponibilização do Guia INCLUA - Pop Rua: Avaliação de Riscos de Desatenção, Exclusão ou Tratamento Inadequado da População em Situação de Rua, para gestores de todos os níveis de governo; Oferta de curso EaD, baseado no Guia INCLUA - Pop Rua, para capacitação de gestores locais.

Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite

- Estrutura-se a partir de quatro eixos: Gestão e participação social : ações visando aprimorar a gestão pública para garantir a plena participação e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência; Enfrentamento ao capacitismo e à violência: ações visando enfrentar a violência contra pessoas com deficiência e o capacitismo (discriminação por motivo de deficiência); Acessibilidade e tecnologia assistiva: ações visando promover a acessibilidade universal e o acesso à tecnologia assistiva; Promoção de direitos: ações visando fomentar o acesso a direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais e outros das pessoas com deficiência.

Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

10. MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial



- **Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR):** fortalecimento de órgãos de Promoção da Igualdade Racial nos estados, municípios e Distrito Federal do Brasil através de políticas públicas antirracistas. Aderir ao SINAPIR garante acesso preferencial às transferências de recursos federais conforme classificação nas modalidades de gestão: orçamentos, políticas, planos, ações, capacitação e projetos para a Promoção da Igualdade Racial, proporcionando o debate, a pactuação, o aperfeiçoamento e a elaboração de estratégias conjuntas para a gestão de políticas públicas voltadas para essa área. (Art.24. Decreto 8.136/2013).
- **Kit Equipagem para Promoção da Igualdade Racial:** é um programa que visa a doação de equipamentos essenciais ao funcionamento dos órgãos públicos e dos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial nos municípios, estados e no Distrito Federal, a exemplo de veículos, computadores e impressoras. O objetivo central é promover a estruturação de espaços adequadamente equipados e veículo para atendimento e outras atividades inerentes às suas atribuições aos quais impactam direta e positivamente na qualidade das ações executadas e contribui para que os gestores públicos e atores sociais possam atuar efetivamente pela igualdade racial.
- **Rotas Negras:** programa de desenvolvimento turístico que vem sendo estruturado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional do Ministério da Igualdade Racial,

Ministérios do Turismo e outros 6 ministério e que tem como objetivo promover a igualdade racial, valorizar a história, a memória e a cultura afro-brasileira, bem como fomentar e impulsionar o desenvolvimento turístico no país por meio da criação de roteiros turísticos envolvendo os entes federados aderentes ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) e ao Mapa do Turismo (MTur).

- **Agentes Locais de Promoção da Igualdade Racial:** trata-se de iniciativa que busca traçar aliança com agentes que atuem de forma individual ou vinculada a grupos/coletivos/redes, desenvolvendo, entre outras ações, processos de promoção que incorporem a perspectiva da igualdade racial como elo de desenvolvimento social nos territórios dos entes federados que fazem parte do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial-SINAPIR. Neste sentido, devem agir como portadores e organizadores locais da pauta de promoção de equidade e igualdade racial, impulsionando práticas democráticas de acesso às políticas públicas e estratégias de combate e superação do racismo.
- **SINAPIR em Movimento - Trilhas Formativas para a Igualdade Racial:** esse Projeto se constitui em itinerários teórico-práticos relacionados à promoção da Igualdade Racial, tem como beneficiários e beneficiárias os (as) gestores e gestoras, conselheiros e conselheiras de Promoção de Políticas de Igualdade Racial de entes federados do SINAPIR e parceiros ministeriais e intersetoriais. Têm como objetivos oferecer aos Estados, Municípios, Distrito Federal e instituições parceiras proposições formativas afins às políticas de promoção da igualdade racial. O projeto é composto de 6 trilhas: Desigualdades; Antirracismo e Educação Antirracista e Inclusiva; Letramento Racial por/para Cidades Antirracistas; Elaboração de Projetos para a Igualdade Racial; Direitos Humanos; e Racismo Ambiental.
- **SINAPIR em Movimento por um Brasil Sem Racismo:** este projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério da Igualdade Racial e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nas áreas de sua atuação no território brasileiro. A iniciativa tem por objetivo executar a campanha "SINAPIR em Movimento por um Brasil Sem Racismo" que fará distribuição de materiais informativo impressos e o Estatuto da Igualdade Racial para todos os municípios do Brasil; · processos formativos, envolvendo os (as) servidores(as) dos Correios; exposição itinerante filatélica com personalidades negras e; criação de novos Selos de homenagem a figuras negras.
- **Programa de Formação e Iniciativas Antirracistas (FIAR):** o programa tem como principal objetivo a elaboração, a execução e a promoção de programas e projetos de capacitação de pessoas e de desenvolvimento de competências com vistas a combater o racismo e promover a igualdade racial na Administração Pública.

Secretaria de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo

- **Plano Juventude Negra Viva:** o plano tem por finalidade a redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais contra a juventude negra e o enfrentamento ao racismo estrutural. De forma transversal, possui 11 eixos de atuação e conta com mais de 250 ações pactuadas com 18 Ministérios. Os eixos são: Acesso à justiça e segurança pública; Promoção da Saúde; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; Educação; Cultura; Ciência e Tecnologia; Esporte; Meio ambiente, garantia do direito à cidade e a valorização dos territórios; Assistência social; Segurança Alimentar e Nutricional; e Fortalecimento da Democracia.
- **Programa Caminhos Amedfricanos:** programa de intercâmbios sul-sul acadêmico para professores da educação básica e estudantes de licenciatura realizado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) em articulação com o Ministério da Educação (MEC) e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem por objetivo contribuir com o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial no Brasil por intermédio de intercâmbios de curta duração no exterior, particularmente, em países africanos, latino-americanos e caribenhos; produzir e socializar conhecimentos construídos em cooperação com países africanos, latino-americanos e caribenhos; e fortalecer a Formação Inicial e a Formação Continuada de docentes na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais.
- **Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA):** o programa tem o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. os principais objetivos são Promover equidade nas políticas públicas de forma transversal, interseccional e intersetorial com ações afirmativas; Promover a inclusão por meio de políticas de reparação, valorização e acessibilidade; Ampliar a conscientização sobre desigualdades de raça, etnia, deficiência e gênero; Valorizar a contribuição de pessoas negras, quilombolas, com deficiência, indígenas e mulheres na formação da sociedade brasileira.
- **Programa Esperança Garcia:** concede bolsas para a formação de pessoas negras em concursos na Advocacia-Geral da União.
- **Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência:** Programa de bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior para pesquisadoras negras, quilombolas, indígenas e ciganas regularmente matriculadas em cursos

de doutorado reconhecido pela Capes, ou que tenham concluído programa de pós-graduação reconhecido pela Capes em qualquer área de conhecimento.

- Bolsas de estudo com o Ministério das Relações Exteriores para o ingresso de pessoas negras na carreira diplomática

Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos

- **Programa Aquilomba Brasil:** o programa é um conjunto de medidas interseoriais voltadas à promoção dos direitos da população quilombola, com ênfase em quatro eixos temáticos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local, e direitos e cidadania.
- **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ):** tem por objetivo promover as práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvidas pelas comunidades quilombolas; fomentar a conservação e o uso sustentável da sociobiodiversidade; proteger o patrimônio cultural material e imaterial; fortalecer os direitos territoriais e ambientais; favorecer a implementação de políticas públicas de forma integrada; e promover o desenvolvimento socioambiental, a melhoria da qualidade de vida, o bem-viver, a paz e a justiça climática, com as condições necessárias para a reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações das comunidades quilombolas.

11. MINISTÉRIO DAS MULHERES

Brasil sem Misoginia: Iniciativa nacional e de caráter permanente que tem como objetivo enfrentar a misoginia - o ódio e todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. Atualmente, conta com a parceria dos ministérios dos Transportes, do Esporte, da Cultura e do Turismo, além de mais de 140 empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil.



OI, Mulheres!: Programa da ouvidoria do Ministério das Mulheres que tem a missão de escutar as mulheres presencialmente em seus territórios. Por meio do diálogo, o programa quer estimular também a participação social direta na construção de políticas, o exercício do controle social e a resolução de conflitos. O programa chegará a lugares onde mulheres vulnerabilizadas têm dificuldades de acesso a canais de comunicação convencionais e enfrentam barreiras para

serem ouvidas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, ajudar a reduzir os impactos da exclusão digital. Com o OI, Mulheres!, o Ministério promove a ouvidoria itinerante, que leva até a ponta uma escuta empática, qualificada, inclusiva e adequada às diversidades das mulheres e de contextos sociais e territoriais.

Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: mecanismo estratégico para subsidiar a formulação e implementação das políticas públicas para as mulheres no Brasil e para o acompanhamento dos indicadores de desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres. Mais informações: gov.br/mulheres/observatorio.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres –SENEV

- **Programa Mulher Viver Sem Violência:** Tem como objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. Principais ações: Implementação de Casas da Mulher Brasileira, de Centros de Referência da Mulher Brasileira; Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180; implementação de unidades móveis para atendimento e orientação das mulheres em situação de violência, em locais sem oferta de serviços especializados ou de difícil acesso; e promoção de medidas educativas e campanhas continuadas de conscientização ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.
- **Pacto Nacional De Prevenção aos Femicídios:** Estados, Distrito Federal e Municípios podem aderir ao Pacto Nacional de Prevenção aos Femicídios por meio de instrumentos específicos a serem firmados com o Ministério das Mulheres, com os respectivos planos de ação, em consonância com as diretrizes, os objetivos e os princípios da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. As secretarias estaduais, distrital ou municipais, ou o organismo responsável pelas políticas para as mulheres serão os órgãos responsáveis pela coordenação do plano de ação em sua respectiva esfera de Governo, em diálogo e articulação com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres.
- **LIGUE 180:** a Central de Atendimento à Mulher: Serviço de utilidade pública essencial para o enfrentamento à violência contra as mulheres. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O Ligue 180 presta os seguintes atendimentos: 1) orientação sobre leis, direitos das mulheres e serviços da rede de atendimento (Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referências, Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam), Defensorias Públicas,

Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres, entre outros; 2) Informações sobre a localidade dos serviços especializados da rede de atendimento; 3) Registro e encaminhamento de denúncias aos órgãos competentes; 4) Registro de reclamações e elogios sobre os atendimentos prestados pelos serviços da rede de atendimento. É possível fazer a ligação de qualquer lugar do Brasil. Em casos de emergência, quando a situação de violência estiver ocorrendo, deve ser acionada a Polícia Militar, por meio do 190.

Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados – SENAEC

- Autonomia econômica das mulheres - Formação e qualificação para a geração de emprego e renda: ampliar a inserção das mulheres no mercado de trabalho; promover formação cidadã para a igualdade de direitos; qualificar mulheres jovens e adultas em setores produtivos de tecnologia da informação, mecânica, costura industrial, logística de transporte e outros com baixa participação feminina; promover formação em conteúdos que alterem a divisão sexual do trabalho; promover ações que contribuam para o reconhecimento do trabalho das mulheres e a sua valorização como cidadã com direitos humanos e da cidadania; fortalecer a organização produtiva e empreendedorismo das mulheres do campo e da floresta.
- Implementação de equipamentos de socialização de trabalhos doméstico e de cuidado: Desenvolver projetos conceitual e de construção de lavanderias comunitárias e de cozinhas comunitárias em comunidades vulneráveis urbanas e rurais.
- Produção de estudos, pesquisa e eventos para a difusão de temas relacionados à autonomia econômica e cuidados: Promover a ampliação do debate e o conhecimento sobre a economia feminista e a divisão sexual do trabalho, ampliando a reflexão sobre os fatores que incidem na vida das mulheres e geram desigualdades de gênero em todas as dimensões da vida, em especial no trabalho.

Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política - SENATP

- Ações de estruturação das secretarias estaduais e municipais de políticas para as Mulheres
- Constituição e fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Secretarias de Políticas para as Mulheres
- Ações de formação de gestoras de políticas públicas para as mulheres
- Constituição de Grupos de Trabalho Interministeriais para formulação de planos de ação de enfrentamento à violência política contra as mulheres
- Produção de materiais formativos para as mulheres nas temáticas do acesso aos direitos políticos e sociais

- Programa de formação para mulheres negras, indígenas, quilombolas, do campo, florestas e águas, mulheres com deficiência, para a promoção da igualdade de decisão e poder para as mulheres. Edital conjunto com o MIR e MPI
- Programa de Bolsas de Estudos para a Pós-graduação para Mulheres Negras, Indígenas, Quilombolas e Ciganas. Edital conjunto com o CNPq, MIR e MPI
- Atuação nas articulações do tema de gênero e justiça climática
- Ações de fortalecimento institucional e de fomento das políticas de incentivo de meninas e mulheres nas ciências exatas, engenharias e matemática. Ações de articulação com MCTI, CNPQ e MEC
- Criação do Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas
- Criação do Fórum Nacional para elaboração de políticas públicas para as Mulheres do Movimento Hip-Hop.

12. MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

Oficinas

- Oficina de formação em Proteção social básica e especial: atendimento à população indígena;
- Oficina de formação sobre a Lei Paulo Gustavo para as comunidades indígenas;
- Oficina de formação-fortalecimento das organizações indígenas na perspectiva do direito territorial;
- Oficina "Direitos indígenas, acesso à justiça e o papel dos povos indígenas";
- Oficinas de formação sobre ações esportivas para as comunidades indígenas;
- Oficina de formação em cidadania e combate ao racismo;
- Oficina "Justiça de transição indígena e a Comissão Nacional Indígena da Verdade"
- Oficina de apoio e enfrentamento à desinformação em saúde;
- Oficina de promoção a políticas para indígenas em situação de contexto urbano.



Para além das oficinas oferecidas pelas Coordenações desta Secretaria nas Caravanas Federativas, a SEART informa dos seguintes editais construídos em parceria com outros Ministérios:

- **Edital de Intercâmbio Cultural MinC nº 02/2023** - intercâmbio para Formação Audiovisual no Exterior: O objeto deste edital é conceder, para pessoas físicas, bolsa cultural para a realização de ações formativas do audiovisual no exterior. O edital ocorre em regime de fluxo contínuo, ou seja, os interessados podem se inscrever enquanto houver recurso disponível e receber a bolsa para a formação se preencherem os requisitos. O edital prevê a destinação de valores

para o pagamento das mensalidades da ação formativa. Os valores variam em função da carga horária das ações: Entre 300h e 600h - valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); A partir de 600h - valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

<https://mapas.cultura.gov.br/busca>

- **Edital de Intercâmbio Cultural MinC nº 03/2023** - intercâmbio para Circulação Audiovisual no Exterior: O objeto deste edital é conceder, para pessoas físicas, bolsa cultural para viabilizar a participação e circulação de profissionais do setor audiovisual em eventos do setor, incluindo festivais audiovisuais, mostras audiovisuais, eventos de mercado audiovisual e seminários audiovisuais. O edital ocorre em regime de fluxo contínuo, ou seja, os interessados podem se inscrever enquanto houver recurso disponível. O edital prevê a destinação de valores fixos, voltados para o custeio de itens como hospedagem, alimentação, passagens aéreas e deslocamento terrestre. O valor da bolsa depende do destino para onde ocorrerá o evento: R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a América do Sul; R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a América do Norte e Central; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a Europa; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para África, Ásia e Oceania.

<https://mapas.cultura.gov.br/busca>

- **A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022)** - viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil. São R\$ 3.862.000.000,00 (três bilhões oitocentos e sessenta e dois milhões de reais) para a execução de ações e projetos em todo o território nacional. A Lei é, também, um símbolo de resistência da classe artística. Foi aprovada durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença. Em 2023, a recriação do Ministério da Cultura abriu o caminho para a plena execução da Lei. Após um intenso processo de escuta, a pasta editou o decreto regulamentar da Lei, permitindo que estados, municípios e Distrito Federal pleiteiem a verba. Os fazedores de cultura terão acesso aos valores por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços ou outras formas de seleção pública simplificada executados pelos estados, municípios e Distrito Federal. O Ministério da Cultura não fará o repasse direto aos fazedores. Vale a pena cobrar as autoridades do seu estado e do seu município!
- **Chamada Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência** - a área de Coordenação de Políticas para as Mulheres, juntamente com a Secretária Sra. Joziléia e Chefa de Gabinete Sra. Rosenilda, está colaborando com a construção da Chamada Atlânticas - Programa Beatriz Nascimento de Mulheres na Ciência, uma parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Ministé-

rio da Igualdade Racial (MIR) e Ministério das Mulheres (Mulheres). O programa tem por objetivo apoiar projetos internacionais de pesquisa que visem contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação do país, por meio da concessão de bolsas de doutorado sanduíche no exterior e pós-doutorado no exterior para estudantes mulheres negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas e ciganas, em todas as áreas do conhecimento.

13. MINISTÉRIO DO ESPORTE

- Novo PAC Seleções: espaços esportivos comunitários
- Apresentação de projetos e programas:
- Programa Segundo Tempo – PST (Padrão e Universitário)
- Programa Esporte e Lazer na Cidade - PELC;
- Programa Vida saudável
- Programa Skate por Lazer
- Programa TEAtivo
- Convênios, Termos de Fomento e Contratos de Repasse
- Lei de Incentivo ao Esporte

14. MINISTÉRIO DA CULTURA

Política Nacional Aldir Blanc – PNAB: Atendimento de Plantão para todas as Prefeituras garantirem os recursos públicos disponíveis na Política Nacional Aldir Blanc – PNAB. Para isso bastando comparecer com Login e Senha da Prefeitura para usar a Plataforma TransfereGOV. A Política Nacional Aldir Blanc - PNAB é a maior política cultural da história do país. São R\$15 Bilhões ao todo durante 05 anos com R\$ 3 Bilhões por ano.

Lei Paulo Gustavo – LPG

Tira-Dúvidas sobre a aplicação, gestão e prestação de contas da Lei Paulo Gustavo – LPG (R\$3,8 Bilhões no total em 2023 para Prefeituras e Estados)

Orientações sobre o Sistema Nacional de Cultura

Conselho, plano, fundo e demais componentes incluindo dos Sistemas Estaduais de Cultura e Sistemas Municipais de Cultura.

15. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

www.mme.gov.br

- Programa Combustível do Futuro.
- Programas de Eficiência Energética.
- Descarbonização da Amazônia.
- Luz Para Todos - (novas 500 mil famílias);
- Gás para Empregar;
- Política Nacional de Minerais Estratégicos.

Serviço Geológico do Brasil

- Acesso a água potável:
 - » Identificação do potencial de águas subterrâneas (poços artesianos)
 - » Monitoramento dos aquíferos (RIMAS e SIAGAS)
- Prevenção de desastres e Gestão Territorial:
 - » Mapeamento de Risco Geológico
 - » Sistemas de Alerta de Eventos Críticos (Enchentes e Secas)
 - » Estudos preliminares para o Plano Diretor (Cartas de suscetibilidade a deslizamentos e inundações, cartas de Perigo, Cartas geotécnicas, levantamento da geodiversidade)
- Ensino e divulgação científica de minerais, rochas e fósseis em instituições de ensino
 - » Programa SGB Educa

<https://sgbeduca.cprm.gov.br/>

16. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

- Sistema Nacional de Trânsito (municipalização)
- Sistemas da Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN
- Sistema de Emissão de Credencial de Estacionamento em Vagas de Idosos
- Painel do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS
- Transporte ferroviário de passageiros e cargas
- Destinação e/ou revitalização de faixa de domínio
- Novos projetos ou retomada do transporte;
- Manutenção e sinalização de rodovias federais
- Concessão de rodovias
- Obras de ampliação e duplicação
- Adequação de travessias urbanas
- Interrupção de rodovias e obras emergenciais

17. MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

- Atividades referentes à Construção/Reforma/Manutenção de Aeroportos, à Aviação Civil, à Aviação Regional, ao Plano Nacional de Aviação (PAN), incluindo planejamento, regulação, investimentos, segurança e parcerias com a iniciativa privada.
- Atividades relacionadas à gestão e desenvolvimento dos setores portuários e de transporte aquaviário no Brasil.
- Atividades relacionadas à infraestrutura hidroviária, às instalações portuárias públicas de pequeno porte e ao setor de navegação marítima e interior.

18. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

- Programa Wifi Brasil

Atendimentos relacionados a carência ou ampliação de telefonia e internet

- Programa Digitaliza Brasil
- Atendimentos relacionados a serviços de Outorga e Pós-Outorga de radiodifusão



19. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

Soluções logísticas dos Correios para as prefeituras

Os Correios oferecem um portfólio completo de soluções de logística, digitais e customizadas, que proporcionam mais agilidade, eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão. Destacamos:

- **Log SUPRI:** gestão completa da operação logística, desde o recebimento, armazenagem até a distribuição final. Por meio da nossa experiência e abrangência, a prefeitura ganha em eficiência e preço!
- **Log SUPRI In House:** além dos armazéns próprios, os Correios podem executar as atividades de logística dentro do espaço da prefeitura, fazendo toda gestão

do estoque desde o recebimento do material do fornecedor até a distribuição nos destinos indicados pela prefeitura.

Soluções que já são operacionalizadas para prefeituras

Transporte de materiais para exames clínicos - nossa infraestrutura logística é utilizada para o transporte seguro e eficiente de materiais destinados a exames clínicos. Desde a preparação até a entrega, garantimos o cumprimento rigoroso das especificações necessárias, proporcionando suporte logístico em todas as etapas.

Distribuição de Material Escolar - distribuição de material escolar, material de consumo e uniforme para as escolas e creches municipais, com gestão informatizada de todo o processo.

Balcão do Cidadão: disponibilização de serviços acessíveis, simples, padronizados e integrados à sociedade, propiciando às prefeituras a possibilidade de utilização do nosso balcão de atendimento na finalidade de diminuir filas e ofertar serviços de atendimento em vários canais.

Entre as principais soluções de atendimento estão: cadastro do cidadão de acordo com o perfil/necessidade do serviço a ser ofertado; conferência de documentos, garantindo a correta captação dos dados; consulta de dívidas; solicitação de 2ª via de documentos e boletos.

Agência itinerante

A agência itinerante chegará a lugares mais distantes, garantindo o acesso aos serviços postais com a qualidade dos Correios. O projeto-piloto foi implantado em Castelo (ES) e atenderá os distritos de Patrimônio do Ouro, Estrela do Norte, Monte Pio e Limoeiro. O novo canal oferece à população os serviços postais básicos, como captação e entrega de cartas e encomendas.

CEP é Cidadania

Os Correios possuem mais de 1,62 milhão de CEPs registrados, que envolvem logradouros, bairros, municípios, vilas e povoados. A atual gestão tem trabalhado para ampliar essa cobertura, possibilitando o acesso da população ao exercício da **cidadania** - participando de programas governamentais, realizando cadastros em serviços de utilidade pública (saneamento, telefonia, energia elétrica, etc.), bancários, dentre outros.

Para extensão desse benefício, é essencial a participação das prefeituras nessa missão, visto que o maior desafio dos Correios consiste na obtenção dos insumos

principais, quais sejam: mapa atualizado com identificação de logradouros e delimitação de barros (formato digital) e relação de logradouros e respectivos bairros (formato de planilha, digital).

Para atender as definições governamentais de garantir a universalização da distribuição, os Correios prestam o serviço por meio de entrega domiciliar, caixa postal comunitária ou internamente em unidade da empresa. Em 2024, a meta é implantar a distribuição em 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Vale lembrar que para atingir tais objetivos é fundamental que os logradouros ofereçam condições de acesso e de segurança ao empregado postal, bem como disponham de placas identificadoras do logradouro, instaladas pelo órgão municipal ou distrital responsável.

Entrega Inteligente

Para aumentar a satisfação da população, propiciando maior comodidade, a empresa tem investido em novos modelos de entrega, tais como: **locker** (terminal de autoatendimento que oferece ao cliente dos Correios mais uma opção de retirada de encomendas, sem custo) em locais de grande circulação, tais como shoppings e estações de metrô.

Correios Comunidade

A estatal lançou, em novembro de 2023, o projeto **Correios Comunidade** em Paraisópolis, na capital paulista. No local, foi aberta a unidade de atendimento Paraisópolis, primeira do modelo instalada em uma comunidade, que traz comodidade à população na postagem e retirada de encomendas, sendo um importante incentivo ao empreendedorismo local.

Paraisópolis também recebeu a codificação de 175 vielas que não tinham Código de Endereçamento Postal (CEP), somando 300 CEPs atribuídos no total.

Outra unidade desse modelo foi inaugurada, em fevereiro deste ano, no distrito de Riacho Grande em São Bernardo do Campo/SP. Estão previstas a abertura de outro ponto na comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro, e outras implantações pelo país ao longo de 2024.

Estima-se que atualmente cerca de 17,1 milhões de brasileiros, representando aproximadamente 8,5% da população do país, residam em comunidades, movimentando expressivos R\$ 180,9 bilhões. É notável que essas comunidades

abrigam potenciais consumidores do comércio eletrônico, no entanto, enfrentam dificuldades na recepção de mercadorias em seus domicílios.

20. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/publicacoes>

- Apoio para melhoria e implantação de estradas vicinais
- Aquisição de maquinários, equipamentos e insumos
- Inclusão de propostas no Transferegov
- Promoção de capacitação e eventos
- Distribuição de cartilhas de ações

21. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

- Projetos apoiados - Guia de emendas orçamentárias PLOA 2024 MDA:

<https://www.gov.br/mda/pt-br/guia-de-emendas-orcamentarias-ploa-2024>



- Acompanhamento da situação de convênios, termos de fomento e contratos de repasse:
- Linhas de créditos do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024

<https://www.gov.br/mda/pt-br/ProgramaseEditais/plano-safra-da-agricultura-familiar/confira-a-cartilha-do-plano-safra-da-agricultura-familiar-2023-2024>

- Situação dos agricultores familiares por meio da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e do Cadastro Nacional de Agricultores Familiares - CAF

CAF ativo/inativo - consulta:

<https://sistemas.agricultura.gov.br/caf/dados-publicos/membros-ufpa>

DAP ativas/inativas - consulta:

<https://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>

- **Programa Garantia Safra:** o Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico.

Consulta Relatório adesão município Garantia Safra:

<https://garantiasafra.mda.gov.br/garantiasafra/Relatorios/default.aspx?relatorio=20>

Consulta beneficiário Garantia Safra:

<https://garantiasafra.mda.gov.br/garantiasafra/Relatorios/frmConsultarBeneficiario.aspx>

- Selo Nacional da Agricultura Familiar – SENAF: Portaria MDA N° 37, de 17 de novembro de 2023 - Institui o Selo Nacional da Agricultura Familiar - SENAF e dispõe sobre os procedimentos relativos à solicitação, renovação e cancelamento do selo, e dá outras providências

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mda-n-37-de-17-de-novembro-de-2023-524270915>

22. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

As ações do INCRA nos municípios:

Consolidação de Assentamentos Rurais – Ação 211A

- Programa Terra Sol: Demarcação topográfica; Fomento à agroindustrialização e à comercialização; Concessão de crédito para atividades produtivas; Gestão e regularização ambiental
- Implantação ou recuperação de infraestrutura básica (estradas, pontes e outras obras de engenharia)
- Aquisição de máquinas e equipamentos

Gestão territorial brasileira - Ação 21GD

- Aquisição de Terras, decorrentes de desapropriação, de adjudicação pela Fazenda Pública ou aquisição direta, e indenização de benfeitorias em áreas destinadas à reforma agrária; Vistoria de imóveis rurais, identificação, cadastramento, seleção, legitimação, homologação e acompanhamento das famílias beneficiárias da reforma agrária;

- Reforma Agrária e Regularização Fundiária;
- Apoio à regularização fundiária indireta, realizada pelos Estados;
- Georreferenciamento e certificação de imóveis rurais;
- Promover meios de regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos, no tocante às ocupações em áreas particulares de interesse público.

Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural.

- Captação, análise e crítica dos dados dos imóveis rurais, certificando sua regularidade;
- Fiscalização cadastral da propriedade;
- Emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR;
- Emissão de título de domínio - TD, concessão de direito real de uso - CDRU e contrato de concessão de uso - CCU às famílias assentadas;
- Capacitação dos servidores dos Serviços de Cadastro Rural e Salas da Cidadania;
- Gestão compartilhada entre INCRA e Receita Federal do Brasil – RFB do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.

Promoção da Educação e Cultura do Campo - Ação 210T

- Qualificação e capacitação de jovens beneficiários da Reforma Agrária, do crédito fundiário e quilombolas, por meio de alfabetização, escolarização, concessão de bolsas e oferta de cursos de nível médio e superior, bem como promoção da cidadania por meio de acesso à arte, cultura, lazer e desporto.

Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas - Ação 210Z

- Regularização fundiária dos territórios quilombolas;
- Reconhecimento do território quilombola, decretação do território como de Interesse Social, avaliação e indenização das terras dos ocupantes não-quilombolas, desintrusão dos ocupantes não-quilombolas (com reassentamento desses quando forem público da reforma agrária) e Titulação.

Assistência Técnica e Extensão Rural - Ação 21B6

- Ampliação e qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, educação no campo e capacitação. Apoio a organização social dos Agricultores, cooperativas e arranjos e cadeias produtivas locais.

23. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

www.conab.gov.br

- **Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM):** Aquisições do Governo Federal -AGF; Contrato de Opção de Venda - COV; Prêmio Equalizador Pago ao Produtor - PEPRO; Prêmio para Escoamento do Produto - PEP; Leilões Públicos.
<https://www.conab.gov.br/precos-minimos/instrumentos-de-politica-agricola#agf>
- **Política de Garantia de Preços Mínimos para os produtos da Sociobiodiversidade (PGMM-Bio).** Garante um preço mínimo para 17 produtos extrativistas.
<https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>
- **Programa de Venda em Balcão (PROV B)** tem por objetivo viabilizar o acesso dos criadores rurais de pequeno porte aos estoques de produtos agrícolas sob gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio de vendas diretas.
<https://www.conab.gov.br/abastecimento-social/vendas-em-balcao/>
- **Distribuição de cestas de alimentos.** A ação é instituída e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
<https://www.conab.gov.br/abastecimento-social/distribuicao-de-cestas>
- **Armazenagem:** a CONAB possui 64 unidades armazenadoras públicas e credencia armazéns privados para estoques de produtos agrícolas e cestas de alimentos.
<https://www.conab.gov.br/armazenagem>
- **Estoques:** a formação de estoques públicos tem como objetivo garantir o preço e a renda do produtor, bem como regular o abastecimento interno, para atenuar as oscilações de preço. Política retomada em 2023.
<https://www.conab.gov.br/estoques>
- **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:** por meio de parceria firmada com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), a Conab executa o programa. Política retomada em 2023. Resultado das propostas de entidades contempladas no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Critério de Seleção priorizou mulheres, negros, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

Chamadas públicas:

<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/chamadas-publicas>

Execução do PAA:

<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>

Legislação e Regulamentos do PAA

24. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Secretaria Nacional de Aquicultura – SNA

- **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura – PROAQUI:** o programa foi instituído pelo Decreto nº 11.852 de 26/12/2023 com objetivo de desenvolver o setor e aumentar a sua capacidade competitiva e produtiva. Além disso, fortalecer institucionalmente a política aquícola, promovendo estratégias para a expansão comercial. Ele é composto por 15 ações prioritárias para o setor e que darão visibilidade à aquicultura brasileira.
- Mais informações: gabinete.sna@mpa.gov.br
- **Multiplicadores Aquícolas:** realizado em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade de Brasília (UnB), o curso abrange temas relacionados à aquicultura. Ele é dividido em 9 módulos, totaliza 160 horas. O programa fornece aos participantes conhecimentos essenciais para se tornarem multiplicadores e promotores da aquicultura. As inscrições estão abertas. As aulas são gratuitas e aberta aos interessados. Mais informações e inscrições acesse: multiplicadores.mpa.gov.br



Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA

- **O Programa "Povo da Pesca Artesanal"** foi criado para atender às principais reivindicações das pescadoras e pescadores artesanais em todas as regiões brasileiras, com maior ênfase nas regiões Norte e Nordeste, por concentrarem o maior número de comunidades pesqueiras artesanais. Em torno do programa, estão previstas várias ações que englobam assistência e extensão, cadeia produtiva, fomento,



saúde, segurança alimentar, políticas para a juventude e mulheres, e combate ao racismo ambiental. Todas essas ações são realizadas em parceria com outros ministérios, estados, municípios e organizações da pesca artesanal, visando atender aqueles que vivem da pesca artesanal no Brasil, incluindo indígenas, mulheres negras, comunidades caiçaras, marisqueiras, jangadeiros, vazanteiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores quilombolas, entre outros.

Informações: snpa@mpa.gov.br

Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva – SNPI

- **Programa de subvenção econômica ao preço do óleo diesel para embarcações pesqueiras nacionais:** a subvenção econômica consiste na parceria entre os governos federal e estadual e visa proporcionar aos beneficiários a isenção integral do ICMS e o pagamento de auxílio pecuniário, proporcionado pelo Governo Federal.
- **Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Pesca Amadora e Esportiva – PNPA:** o PNPA visa promover a pesca amadora e esportiva de forma a possibilitar o desenvolvimento econômico, social e a conservação ambiental no Brasil, visando a formulação de políticas sólidas de governança e a implementação de um planejamento que estimule e guie a evolução deste setor na próxima década, tendo como pilar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei n ° 11.959, de 2009). O PNPA é composto por quatro programas que foram criados a partir de resultados de análises de ordem estrutural e funcional da atividade
- **Rede nacional colaborativa para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros – Rede Pesca Brasil:** a Rede Pesca Brasil retoma o formato de discussão participativa na gestão pesqueira, composta por representantes de órgãos e entidades da administração pública (federal, estadual, distrital e municipal) e da sociedade envolvidos com a atividade pesqueira. Sua estrutura contempla um banco técnico-científico e 10 (dez) Comitês Permanentes de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros.



- **Certificado oficial de boas práticas higiênico-sanitárias a bordo:** as embarcações que abastecem as unidades de beneficiamento de pescado, cujo produto da pesca é destinado aos mercados nacional e internacional devem cumprir com os critérios e requisitos estabelecidos pela Portaria SAP-MAPA nº 310, de 2020, alterada pela Portaria MPA nº 171, de 18 de dezembro de 2023. As embarcações que atendem as unidades de beneficiamento de pescado para o mercado internacional devem obter o Certificado Oficial de Boas Práticas Higiênico-Sanitárias a Bordo pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).



- **Certificado de acreditação de origem legal (CAOL):** o CAOL foi instituído pela Instrução Normativa SEAP-PR nº 1, de 17 de maio de 2018, comprova que o pescado capturado está em plena conformidade com os regulamentos pesqueiros nacionais vigentes e aplicáveis no país de origem.

Informações: caol.dip@mpa.gov.br

Secretaria Nacional de Registro e Monitoramento – SERMOP

- **Campanha Pescador e Pescadora Legal:** é uma ação que atende os pescadores diretamente em seus municípios ou comunidades, em especial de áreas mais remotas. O objetivo é promover a inclusão e facilitar o acesso na obtenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), na categoria Pescador Profissional, possibilitando o exercício regular da profissão e a garantia de direitos.
- Geração de dados, pesquisa e estatística e reconstrução da estatística pesqueira marinha do Brasil: essa iniciativa engloba a obtenção de dados de produção de diversas fontes, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais, instituições de pesquisa e entidades de pesca, seguida pela sistematização e consolidação desses dados. Diante da falta de informações em algumas regiões, parcerias estão sendo estabelecidas com instituições de pesquisa para desenvolver projetos de monitoramento de desembarques pesqueiros, como nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí e na Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul.



Assessoria

- Situação dos termos de fomento, convênios e programas disponíveis para beneficiar o setor pesqueiro e aquícola.



25. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Secretaria Executiva

Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA

O Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, criado pela Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, e regulamentado pelo Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020, alterado pelo Decreto nº 11.372, de 1º de janeiro de 2023, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente>

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC, criado pela Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e regulamentado pelo Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, alterado pelo Decreto nº 11.549, de 5 de junho de 2023, é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação aos efeitos da mudança do clima. O Fundo Clima disponibiliza recursos em duas modalidades: não-reembolsável e reembolsável. Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA e, os reembolsáveis, são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

MMA (não-reembolsável):

<https://www.gov.br/mma/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima>

BNDES (reembolsável)

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/fundo-clima>

Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em coordenação com o MMA, tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

www.fundoamazonia.gov.br

Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituída pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental. Destacam-se os cursos de Educação à Distância do MMA disponíveis na plataforma EAD, onde os cursos são disponibilizados para qualquer cidadão.

<https://ead.mma.gov.br/>

Projeto Salas Verdes

O Projeto Salas Verdes tem como objetivo incentivar a implantação de espaços educadores para atuarem como centros de informação e formação ambiental em todo o país. As instituições que queiram criar uma sala verde devem concorrer à chamada pública, submetendo ao MMA um Projeto Político Pedagógico.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/programas-e-projetos/salas-verdes>

Circuito Tela Verde

O Circuito Tela Verde (CTV) tem por objetivo selecionar e reunir vídeos com conteúdo relacionado à temática ambiental para compor a Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente. Para cada mostra, há chamadas públicas voltadas à seleção dos vídeos e cadastramento das instituições interessadas em se tornarem espaços exibidores.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/educacaoambiental/cidadania-ambiental/circuito-tela-verde-1>

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do MMA que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em

obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Qualquer instituição pública pode fazer adesão à A3P desde que elabore um plano de trabalho e providencie toda a documentação necessário para a formalização da adesão.

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/agenda-ambiental-na-administracao-publica-a3p>

Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial

Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil (PPCD)

A Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, órgão colegiado presidido pela Casa Civil da Presidência da República, é a instância responsável por implementar o Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil (PPCD). Essa nova coalizão do governo federal para reduzir os índices de desmatamento em todos os biomas brasileiros envolve 19 ministérios, além de outros órgãos convidados, que atuam de forma conjunta para estabelecer ações relacionadas a quatro eixos estruturantes dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas: I - Atividades Produtivas Sustentáveis; II - Monitoramento e Controle Ambiental; III - Ordenamento Fundiário e Territorial; e IV - Instrumentos Normativos.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/combate-ao-desmatamento>

Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia

O Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia prevê investimentos de R\$ 730 milhões para promover o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia. O programa, construído a partir de reuniões com deputados, senadores, prefeitos e representantes municipais, apoiará ações como regularização fundiária e ambiental em glebas públicas federais para a agricultura familiar e implementação de sistemas agroflorestais.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-parceria-com-municipios-para-combater-o-desmatamento-e-incendios-florestais-na-amazonia>

Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável

Programa Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde, em sua nova versão (Decreto nº 11.635/2023), realiza pagamentos trimestrais de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a famílias que vivem em Unidades de Conservação de Uso sustentável (Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável), em assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária (florestal, agroextrativista e de desenvolvimento sustentável) e em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, indígenas, quilombolas e outros. Os beneficiários se comprometem a cuidar da região onde vivem, a utilizar os recursos naturais de forma sustentável e a preservar a floresta, além de ajudar no trabalho de monitoramento e de proteção dessas áreas. Além dos pagamentos, terão acesso a ações de assistência técnica, extensão rural socioambiental, conservação ambiental e inclusão socioproductiva.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/snpect/dpct/bolsa-verde>

Campanha “Movimento Nacional de Enfrentamento à Desertificação e à Seca”

O Brasil tem uma variedade de climas que impõe desafios proporcionais ao tamanho da nossa nação. Parte do território brasileiro apresenta uma condição climática caracterizada por períodos de seca prolongada e chuvas concentradas, onde predominam os climas semiárido e subúmido seco. Ao longo dos anos, a ocupação humana e a exploração dos recursos naturais vêm impactando as regiões secas do país, provocando a degradação da terra, a perda da cobertura vegetal nativa e a redução da disponibilidade de água. A intensificação de tais processos levou a crescentes frações dessas regiões à condição de áreas degradadas segundo um fenômeno conhecido como desertificação.

Secretaria Nacional de Mudança do Clima

Plano Clima: Mitigação

A rápida redução das emissões de gases de efeito estufa no planeta é essencial para conter o aumento da temperatura e garantir um futuro mais seguro para a humanidade. O novo Plano Clima é o principal orientador para o Brasil manter o ritmo de redução no desmatamento e a transição para a economia de baixo carbono rumo à neutralidade climática. Para isso, serão construídas metas nacionais de mitigação, detalhadas em oito planos setoriais com base em dados técnico-científicos e participação da sociedade.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/cop-28/mitigacao/>

Plano Clima: Adaptação

Medidas de adaptação à crise climática são urgentes no Brasil, e envolvem ação conjunta entre diferentes níveis de governo, segmentos sociais e setores produtivos. O MMA coordena, sob a orientação técnico-científica do MCTI, um amplo processo participativo e colaborativo para a elaboração do novo Plano Clima, que irá pactuar coletivamente a construção de um caminho de desenvolvimento sustentável de longo prazo (2024 a 2035).

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/cop-28/adaptacao/>

Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental

Cadastro nacional de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima lançou uma nova iniciativa para fortalecer a coleta seletiva e a reciclagem em todo o país, e sua cidade pode se beneficiar muito!

A Portaria 1.018/2024 cria um cadastro nacional de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Isso vai ajudar a:

- Melhorar a gestão da coleta seletiva e da reciclagem: o governo terá dados mais precisos para direcionar recursos e políticas públicas;
- Ampliar o acesso das cooperativas a programas de coleta seletiva: o cadastro facilitará a participação das cooperativas em licitações;
- Valorizar o trabalho dos catadores: o governo federal vai divulgar os resultados do trabalho dos catadores em todo o país.

Para participar, as cooperativas e associações de catadores de sua cidade devem se cadastrar no SINIR. O cadastramento é gratuito e pode ser feito online.

<https://sinir.gov.br/>

Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana

A iniciativa auxiliará no combate à emergência climática, na preservação do meio ambiente e na segurança alimentar. O chamamento buscará iniciativas que promovam alimentação saudável e geração de emprego e renda, além de contribuir para a qualidade ambiental, a destinação adequada de resíduos orgânicos, o combate à insegurança alimentar e a adaptação às mudanças climáticas. As iniciativas também devem prever a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis ou agricultores. Poderão submeter propostas municípios, Distrito Federal e consórcios públicos intermunicipais.

Programa Cidades Verdes Resilientes – PCVR

O programa pretende integrar ações entre o Governo Federal e municípios para enfrentar os desafios dos eventos climáticos extremos. O objetivo principal é reunir políticas urbanas e ambientais voltadas à qualidade ambiental e à construção da resiliência das cidades para lidarem com os impactos da mudança climática.

Cadastro Ambiental Urbano (CAU)

O CAU é uma ferramenta para identificação, mapeamento e qualificação de áreas verdes urbanas em plataforma digital na qual agentes públicos podem realizar, de forma autodeclaratória o registro da quantidade, qualidade e distribuição espacial das tipologias de áreas verdes inseridas no interior da malha urbana e emitir informações compiladas, gráficos e relatórios de apoio à gestão municipal.

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-as-informacoes-sobre-areas-verdes-urbanas-no-cadastro-ambiental-urbano>

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

Trilhas do Brasil

Manual de Estruturação e Promoção Turística das Trilhas de Longo Curso"

A Rede Nacional de Trilhas de Longo curso e conectividade, a RedeTrilhas, é iniciativa pioneira da sociedade, organizada de baixo para cima por voluntários. Foi posteriormente abraçada pelo Governo e, como política pública, busca conectar e preservar Unidades de Conservação, terras quilombolas, comunidades tradicionais e Terras Indígenas em todos os ecossistemas e paisagens naturais do país.

Visando associar a conservação da natureza com o engajamento e a participação da sociedade, o Manual – Trilhas do Brasil: Manual de Estruturação e Promoção Turística das Trilhas de Longo Curso" ajuda a percorrer as etapas necessárias para consolidar a governança e estruturar as trilhas de longo curso como produtos turísticos, promovendo a geração de emprego e renda associada as trilhas.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/manual-de-estruturacao-e-promocao-turistica-das-trilhas-de-longo-curso-e-apresentado/manual-trilhas-do-brasil.pdf>

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC é a plataforma oficial de dados das Unidades de Conservação que fazem parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, geridas pelos três níveis de governo e por particulares. Se você é gestor de UC e quer saber como se cadastrar e inserir informações sobre as UCs sob responsabilidade do órgão

gestor a que pertence, basta acessar a plataforma. O CNUC facilita a gestão e o monitoramento do SNUC e o acesso a políticas públicas relacionadas às unidades de conservação.

É a principal ferramenta para conhecermos nossas Unidades de Conservação <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/areas-protetidas/plataforma-cnuc-1/instrucoes-para-o-cadastramento>

Guia prático de captação de recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação no nível local

As áreas protegidas têm papel fundamental para a conservação ambiental brasileira, sendo cruciais para a conectividade ecológica, a proteção da biodiversidade e o bem-estar humano. No nível local, elas contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável de cidades e para o acesso a serviços ecossistêmicos fundamentais, como a provisão de água potável, a proteção contra desastres naturais e a manutenção de espaços de lazer.

No entanto, a implementação e a gestão dessas áreas podem se mostrar como grandes desafios para governos municipais e seus gestores ambientais, especialmente em relação à falta de recursos financeiros e à necessidade frequente de captação.

O guia a tem como objetivo fornecer informações que auxiliem na captação de recursos financeiros para a gestão e implementação de áreas protegidas e outras medidas de conservação municipais., principalmente Unidades de Conservação. https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/mma-publica-guia-sobre-captacao-de-recursos-para-areas-protetidas/copy2_of_guia_mecanismos_financeiros.pdf

Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos

O Brasil enfrenta desafio significativo no controle populacional de cães e gatos, cujo crescimento exponencial tem impactos negativos para o bem-estar animal, na fauna silvestre, meio ambiente e saúde pública. A sociedade está mudando e surge com ela novas reivindicações por direitos. Grande parte dos tutores consideram seus cães e gatos membros da família, exigindo atenção, cuidados e políticas públicas específicas. Saiba como o Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais, da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pode ajudar seu município neste desafio.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/dpda/manejo-populacional-etico-de-caes-e-gatos-site3.pdf>

Secretaria Nacional de Bioeconomia

Pagamento por Serviços Ambientais

Regulamentação da Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, definindo conceitos, objetivos, diretrizes, ações e critérios de implantação da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), instituiu o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (CNPSA) e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PFPSA)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14119.htm

Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – FNRB

O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – FNRB foi instituído pela Lei nº 13.123, de 2015 e regulamentado pelo Decreto 8.772 de 2016. O fundo conta com recursos oriundos da repartição de benefícios dos lucros obtidos a partir de produtos que utilizam patrimônio genético da biodiversidade nativa ou conhecimento tradicional associado. O FNRB tem natureza financeira e se destina a apoiar ações e atividades que visem valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados e promover o uso sustentável da biodiversidade, por meio de instrumentos de apoio diretamente com as organizações de base de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – guardiães e guardiões da sociobiodiversidade.

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/reparticao-de-beneficios-1/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios>

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Licenciamento Ambiental Federal

O Licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. O objetivo do licenciamento é compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para isso, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/laf>

Serviço Florestal Brasileiro – SFB

Regularização Ambiental

O Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (RegularizAgro) é um instrumento de planejamento, de âmbito nacional, que visa fortalecer uma agenda integrada dirigida a tornar mais eficazes os instrumentos de regularização ambiental dos imóveis rurais, principalmente daqueles definidos no novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Elaborado na forma prevista pelo Decreto Nº 11.015, de 29 de março de 2022, o RegularizAgro manifesta o compromisso institucional dos órgãos e entidades que atuam na regularização ambiental dos imóveis rurais com o avanço desta agenda.

<https://www.gov.br/florestal/pt-br/assuntos/regularizacao-ambiental/regularizagro>

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

<https://www.car.gov.br/#/>

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

- Apoio aos Jardins Botânicos
- Apoio na implantação, estruturação e desenvolvimento dos Jardins Botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal

<https://www.gov.br/jbrj/pt-br>

26. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

- Programa de aprendizagem
- Inclusão de pessoas com deficiência – PcD
- Escola Digital 4.0
- SINE: Sistema Público de Emprego
- FGTS Digital
- Programa de preservação de empregos em catástrofes

27. MINISTÉRIO DA FAZENDA - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

- Atendimento sobre a situação fiscal/ CPF/IRPF
- Orientações sobre destinação de mercadorias apreendidas ou abandonadas
- Convênios com a Receita Federal do Brasil
- Orientações sobre canais de atendimento da Receita Federal
- Orientação ao Contribuinte
- Destinação Imposto de Renda
- Informações sobre Imposto de Renda para o Fundo da Criança e do Adolescente, e do Idoso
- PAV - Ponto de Atendimento da Receita Federal
- NAF - Núcleo de Apoio Fiscal e Contábil, parceria com as Universidades;

28. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

- Pendências do Certificado de Regularidade Previdenciária
- Compensação Previdenciária Parcelamentos de débitos dos entes com os Regimes Próprios (RPPS) – COMPREV
- Acordos de Cooperação Técnica – ACTs
- Dúvidas sobre normas de organização e funcionamento dos Regime Próprio de Previdência Social – RPPS

29. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/portfolio-de-acoas>

Proteção e Defesa Civil

- Reconhecimento Federal
- Acesso aos recursos para ações de Resposta, Reestabelecimento e Reconstrução de áreas afetadas
- Acesso a recursos para ações emergenciais de mitigação de riscos iminentes
- Acesso a recursos para estruturação das Defesas Civis locais



Desenvolvimento Regional e Políticas Territoriais

- Gestão e ordenamento territorial
- Desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira e Amazônia Azul

- Política Nacional de Desenvolvimento Territorial
- Rotas da Integração Nacional (Rota do Mel, Rota do Leite, Rota do Cordeiro, Rota da Fruticultura)
- Tecnologias comunitárias de acesso à água

Segurança Hídrica

- Implantação de infraestruturas para segurança hídrica (adutoras, barragens etc);
- Integração de bacias hidrográficas
- Segurança de barragens e recuperação de reservatórios estratégicos
- Revitalização de bacias hidrográficas
- Programa Água Doce (Dessalinização de Águas Salobras e Salinas para abastecimento e produção)
- Agricultura irrigada e pólos de irrigação

Fundos de Financiamento

- Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e FNE);
- Fundos de Desenvolvimento Regional (FDA, FDNE e FDCO);
- Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI;
- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - Portaria MIDR n. 3.055, de 28 de setembro de 2023;
- Debêntures.

30. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

Nova Indústria Brasil (NIB): a nova política busca melhorar diretamente o cotidiano das pessoas, estimular o desenvolvimento produtivo e tecnológico, ampliar a competitividade da indústria brasileira, nortear o investimento, promover melhores empregos e impulsionar a presença qualificada do país no mercado internacional. Para reverter a desindustrialização precoce do país, a nova política prevê a articulação de diversos instrumentos de Estado, como linhas de crédito especiais, recursos não-reembolsáveis, ações regulatórias e de propriedade intelectual, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivos ao conteúdo local, para estimular o setor produtivo em favor do desenvolvimento do país. A política também lança mão de novos instrumentos de captação, como a linha de crédito de desenvolvimento (LCD), e um arcabouço de novas políticas – como o mercado regulado de carbono e a taxonomia verde – para responder ao novo cenário mundial em que a corrida pela transformação ecológica e o domínio tecnológico se impõem.

As principais formas de intervenção estatal incluídas na NIB são regulação, isenção tributária, crédito público (a taxas de mercado ou subsidiado) e recursos não-reembolsáveis. São elas:

Missão 1: Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética: Para alcançar as metas dessa missão, algumas das prioridades são a fabricação de equipamentos para agricultura de precisão, máquinas agrícolas para a grande produção, e a ampliação e a otimização da capacidade produtiva da agricultura familiar para a produção de alimentos saudáveis.

Missão 2: Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde: A meta é ampliar a participação da produção no país de 42% para 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, entre outros, contribuindo para o fortalecimento do SUS e a melhoria do acesso da população à saúde.

Missão 3: Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades: Uma das propostas é ampliar em 25 pontos percentuais a participação da produção brasileira na cadeia da indústria do transporte público sustentável. Para se ter uma ideia, hoje representa 59% da cadeia de ônibus elétricos.

Missão 4: Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade: Para que 90% do total das empresas industriais brasileiras (hoje são 23,5%) sejam digitalizadas e a participação da produção nacional nos segmentos de novas tecnologias seja triplicada, é preciso investir na indústria 4.0, no desenvolvimento de produtos digitais e na produção nacional de semicondutores, entre outros.

Missão 5: Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para futuras gerações: Um dos objetivos para a transformação ecológica na indústria é aumentar o uso da biodiversidade pela indústria e, ainda, reduzir em 30% a emissão de carbono da indústria nacional, que tem 107 milhões de toneladas de CO₂ por trilhão de dólares produzido.

Missão 6: Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais: A meta é conseguir autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para fortalecer a soberania nacional. Assim, a prioridade será para ações voltadas ao desenvolvimento de energia nuclear, sistemas de comunicação e sensoriamento, sistemas de propulsão e veículos autônomos e remotamente controlados.

Qual é o público-alvo? O público-alvo da política da NIB é composto pelas unidades industriais ou agroindustriais, privadas, estatais ou de economia mista, de todos os portes e com processos produtivos efetivados no território brasileiro.

Quais são as contrapartidas? As isenções tributárias e os créditos públicos (a taxas de mercado ou subsidiado) concedidos no âmbito da NIB pressupõem regras, contrapartidas e eventuais penalidades constantes nas normas dos programas governamentais, nos contratos com bancos públicos e na legislação pertinente. No caso dos recursos não reembolsáveis, as unidades receptoras estarão submetidas, no âmbito de cada programa, à fiscalização de planos de trabalho contendo programação orçamentária, lista de ações planejadas, objetivos claros e metas pactuadas.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/brasil-ganha-nova-politica-industrial-com-metas-e-acoes-para-o-desenvolvimento-ate-2033>

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/composicao/se/cndi/plano-de-acao/nova-industria-brasil-plano-de-acao.pdf>

Programa Mover: instituído pela Medida Provisória nº 1.205, de 30 de dezembro de 2023, e pelo Projeto de Lei 914/2024, é destinado a orientar o desenvolvimento da indústria automotiva do País nos próximos anos, buscando alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, àqueles fabricados nos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo. O Mover prevê, entre outras medidas, créditos financeiros para quem investir em pesquisas, desenvolvimento e produção tecnológica que contribuam para a descarbonização da frota de carros, ônibus e caminhões. Além disso, o Programa prevê um total de R\$ 19,3 bilhões de créditos financeiros entre 2024 e 2028 (2024 - R\$ 3,5 bi; 2025 - R\$ 3,8 bi; 2026 - R\$ 3,9 bi; 2027 - R\$ 4,0 bi; 2028 - R\$ 4,1 bi), que podem ser usados pelas empresas para abatimento de impostos federais em contrapartida a investimentos realizados em pesquisas, desenvolvimento e produção tecnológica que contribuam para a descarbonização da frota de carros, ônibus, caminhões e máquinas autopropulsadas. Também prevê a criação do Fundo Nacional para Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), cujos recursos devem ser aplicados em programas prioritários para o setor de autopeças e demais elos da cadeia automotiva.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/setor-automotivo/programa-mover>

Selo de Boas Práticas Regulatórias: o MDIC adota o selo para reconhecer, dar visibilidade e disseminar boas práticas regulatórias, com o objetivo de estimular a adoção de boas práticas e, com isso, reconhecer os atos normativos infralegais

alinhados às melhores práticas nacionais e internacionais, buscando incentivar e aprimorar a ação normativa federal, estadual e municipal. A PORTARIA SCPR/MDIC Nº 31, de 29/02/2024, abriu prazo para submissão de atos normativos infralegais para concessão de Selo de Boas Práticas Regulatórias, no período de 4 de março a 2 de abril de 2024. Essa ação se insere no programa de reconhecimento e disseminação de boas práticas regulatórias, contribuindo para o aprimoramento do processo regulatório do país por meio da premiação de atos normativos aderentes às boas práticas regulatórias. Com isso, busca-se promover a competitividade do país por meio do incentivo à elaboração de marcos regulatórios que sigam critérios de previsibilidade, qualidade regulatória, participação social e convergência regulatória, consoante Portaria GM/MDIC nº 69/2023

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/aceso-a-informacao/reg/selo-de-boas-praticas-regulatorias/2024>

Política Nacional de Cultura Exportadora - PNCE: a Política Nacional de Cultura Exportadora foi instituída pelo Decreto Nº 11.593, de 10 de julho de 2023 com a finalidade de difundir a cultura exportadora e aumentar o número de exportadores brasileiros, especialmente entre as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A PNCE busca aprimorar as políticas públicas do setor, desenvolvendo e fortalecendo programas, projetos e ações inclusivas para maior inserção de empresas no comércio exterior brasileiro, além de proporcionar maior coordenação entre órgãos envolvidos em promoção do comércio exterior e apoiar o ingresso e a permanência de empresas no mercado externo. A proposta busca melhorar a governança do Estado brasileiro nas políticas públicas voltadas ao fomento das exportações, promovendo a centralidade em programas, projetos e ações direcionados para a difusão da cultura exportadora e o aumento do número de exportadores. As ações da PNCE dirigem-se a todas as regiões do Brasil e setores da economia, mas busca sobretudo superar o desafio apontado no diagnóstico divulgado pelo estudo "Perfil das Empresas Exportadoras Brasileiras – Um Panorama", da Secex/MDIC. Segundo a publicação, atualmente, no Brasil, as regiões Sul e Sudeste concentram 90% das firmas exportadoras. Assim, no contexto de elaboração de planos locais de promoção da cultura exportadora, foi realizado protótipo com o estado do Pará entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, e o piloto será realizado com o estado de Pernambuco.

Acesse a ferramenta: "Aprendendo a Exportar", por meio do Link:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/dpfac/promocao-das-exportacoes-e-cultura-exportadora/plano-nacional-da-cultura-exportadora-pnce>

Programa Elas Exportam: realizado pelo MDIC em parceria com a ApexBrasil, o programa busca aumentar a participação de empresas lideradas por mulheres no comércio exterior, por meio de um programa de mentorias que conecta empreendedoras experientes no comércio exterior (mentoras) a mulheres que estão iniciando sua trajetória (mentoradas). Um dos critérios de desempate para a seleção das participantes é o critério regional, no qual as empreendedoras das regiões Norte e Nordeste recebem prioridade no caso de empate. Das 30 participantes da primeira edição, realizada em 2023, 14 eram da região Nordeste.

Carta de Intenções com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid): em novembro de 2023, o MDIC e o BID assinaram a Carta de Intenções relacionada ao Programa para a Facilitação do Comércio e a Promoção das Exportações, com aproximadamente R\$ 5 milhões para a cooperação. De acordo com o plano de trabalho acordado, o BID irá apoiar a implementação da PNCE por meio de iniciativas que promovam: 1) o aumento das exportações de produtos da biodiversidade da região amazônica, com foco nas MPMEs, visando a um desenvolvimento sustentável na região; 2) o incremento da participação de empresas lideradas por mulheres no comércio exterior; e 3) o aumento das exportações de Unidades da Federação com baixa representatividade no comércio exterior, notadamente as das regiões Norte e Nordeste.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/mdic-e-bid-anunciam-parceria-para-fortalecer-e-agilizar-o-comercio-internacional-no-brasil>

Projeto Construa Brasil: o Projeto é fruto do Termo de Colaboração assinado entre o MDIC e a Rede Catarinense de Inovação – Recepeti, com vistas ao ganho de produtividade e competitividade do setor de Construção Civil, e possui 03 eixos de atuação: Desburocratização, Digitalização e Industrialização. No âmbito das ações de desburocratização, foram elaborados Guias Orientativos com as boas práticas para Códigos de Obras e Edificações (COE) e Alvará de Construção. O Guia de Código de Obras e Edificações (COE) elenca iniciativas adotadas por municípios de pequeno, médio e grande porte, para modernizar os processos, avaliando e adequando suas legislações vigentes. Estão disponíveis no sítio do MDIC essa cartilha, um vídeo explicativo aborda todo o conteúdo do Guia, com especialistas apresentando e comentando as legislações e os caminhos para a desburocratização do licenciamento urbano municipal. Por fim, é também disponibilizado um curso EAD para capacitação das equipes e suporte na implementação das mudanças. O Guia de Alvará de Construção traz em seu conteúdo iniciativas para eliminar o excesso de burocracia no licenciamento e na obtenção de alvarás. Além dessa cartilha, há também um vídeo explicativo sobre esse tema, com especialistas apresentando e comentando as legislações vigentes e os caminhos para a desburocratização do licenciamento urbano

municipal. Também está disponibilizado um curso EAD para capacitação das equipes e suporte na implementação das mudanças. Os dois Guias proporcionam orientação para o processo de simplificação e desburocratização das legislações urbanísticas, e conta com a importante atuação do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresa – SEBRAE, por meio de parceria com o MDIC, para disseminação e apoio aos municípios.

Convergência dos Códigos de Obras e Edificações (COE)

Guia Orientativo de Boas Práticas para COE:

www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/ambiente-de-negocios/competitividade-industrial/construa-brasil/produtos/identidade-atualizada-2024/convergencia-dos-codigos-de-obras-e-edificacoes-coe/construa-brasil-guia-orientativo-de-boas-praticas-para-codigos-de-edificacoes-2edicao-nova-id-visual.pdf (arquivo disponível para download).

Vídeo: **https://www.youtube.com/watch?v=_qEY5SAnk2I**

EAD Orientativo de Boas Práticas para Código de Obras e Edificações: **<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/933>**

Melhoria do Processo de Concessão de Alvará para Construção

Guia Orientativo de Boas Práticas para Obtenção de Alvará de Construção:

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/ambiente-de-negocios/competitividade-industrial/construa-brasil/metas/melhoria-do-processo-de-concessao-de-alvara-para-construcao>

Racionalização dos processos de Obtenção de Alvarás de Construção:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/943/>

Saiba mais: com a entrada em vigor da Nova Lei Federal de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 –, na qual está prevista a adoção, preferencialmente, da “Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling – BIM)”, ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la, para obras e serviços de engenharia e arquitetura e com o intuito de buscar o aumento da produtividade e da competitividade do setor, para a retomada da economia, o Projeto Construa Brasil ratificou seus três pilares: Desburocratização, Digitalização e Industrialização da Construção Civil. Por isso, o projeto disponibilizou “conteúdo, em formato de Educação à Distância (EAD), para capacitação dos gestores públicos em BIM” que – gratuitamente

disponíveis – podem ser utilizados tanto pelos gestores dos municípios e seus profissionais da área de construção. São eles:

Módulo 1: BIM - Conceituação Básica:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/394>.

Público-alvo: gestores públicos envolvidos com os processos de demanda, análise e fiscalização de contratos de obras públicas desenvolvidas com o uso do BIM. Inclui também estudantes de arquitetura e engenharia e profissionais que atuam na indústria da construção civil. Curso aberto, gratuito e com certificado, qualquer pessoa pode se inscrever.

Módulo 2: BIM – Implantação:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/756>.

Público-alvo: gestores públicos envolvidos com os processos de demanda, análise e fiscalização de contratos de obras públicas desenvolvidas com o uso do BIM. Inclui também estudantes de arquitetura e engenharia e profissionais que atuam na indústria da construção civil. Curso aberto, gratuito e com certificado, qualquer pessoa pode se inscrever.

Módulo 3: BIM - Fluxos de Trabalho:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/757>

Público-alvo: gestores públicos envolvidos com os processos de demanda, análise e fiscalização de contratos de obras públicas desenvolvidas com o uso do BIM, estudantes de arquitetura e engenharia e profissionais que atuam na indústria da construção civil. Curso aberto, qualquer pessoa pode se inscrever.

Módulo 4: Integração e Interoperabilidade BIM:

<https://www.escolavirtual.gov.br/curso/779>.

Público-alvo: gestores públicos envolvidos nos processos de demanda, análise e fiscalização de contratos de obras públicas que utilizam o BIM. Curso aberto, gratuito e com certificado, qualquer pessoa pode se inscrever.

Ferramentas para Acompanhamento do Comércio Exterior - Departamento de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior, e a Secretaria De Comércio Exterior (Secex-Mdic): órgão responsável por produzir e divulgar as estatísticas oficiais de comércio exterior brasileiro de bens, bem como elaborar e divulgar a balança comercial brasileira. São disponibilizados dados na página do Ministério

do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços tanto em formatos estruturados como tabelas e dados brutos (.xls; .csv), quanto em formatos interativos (gráficos e tabelas).

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>.

Os dados são públicos e de fácil acesso por todos os cidadãos, sendo divulgados em seu maior nível de detalhes possível: exportação e importação com dados mensais a partir de 1997 ao ano atual, com filtros e detalhamentos de países, blocos, UF do produto, via, URF, NCM e sistema harmonizado (SH6, SH4, Capítulo e Seção), classificação por grandes categorias econômicas e Classificação Uniforme para o Comércio Internacional. São disponibilizadas também uma base de dados abertos, um sistema eletrônico de disseminação, um sistema de representações gráficas e interativas simples e intuitivo e relatórios resumidos pré-formatados.

Neste contexto, recomendamos, inicialmente, explorar a base de dados brutos por municípios, em que é possível detalhar a dinâmica de comércio exterior dos municípios

Item 2. do link **<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>**

Índice de Concorrência dos Municípios (ICM): o estudo pretende acompanhar anualmente a qualidade regulatória e concorrencial dos municípios, com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e promover políticas públicas lideradas pela pasta. Com o Índice, será possível compartilhar as melhores práticas e adaptá-las às realidades locais. O instrumento é composto por 9 capítulos, estruturados em 3 eixos principais, permitindo uma avaliação completa do ambiente de negócios municipal.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/indice-de-concorrencia-dos-municipios/edicao-2022/arquivos-e-imagens/relatorio.pdf>

Depreciação Acelerada: a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei do Poder Executivo que introduz o incentivo fiscal da "depreciação acelerada" para máquinas e equipamentos novos adquiridos por empresas de setores ainda a serem determinados (PL 2/2024). Esse regime permite às empresas depreciar até 50% do valor de novos ativos no ano de instalação e os 50% restantes no ano seguinte, visando reduzir a carga tributária sobre o IRPJ e a CSLL nos primeiros anos. O projeto, que visa incentivar a modernização do parque industrial brasileiro, tem um limite de renúncia fiscal de R\$ 1,7 bilhão para 2024, com possibilidade de ampliação via decreto, caso haja espaço fiscal.

<https://www.camara.leg.br/noticias/1045037-camara-aprova-projeto-que-incentiva-a-depreciacao-acelerada-para-modernizar-industria/>

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2416804>

Regime Especial da Indústria Química (REIQ): é uma política fiscal destinada a fomentar o desenvolvimento do setor químico no país. Instituído com o objetivo de reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade das empresas nacionais no mercado global, o REIQ proporciona benefícios tributários significativos, como a redução de alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas. Essa medida visa não apenas estimular o crescimento econômico e a inovação tecnológica na indústria química, mas também contribuir para a geração de empregos e para o desenvolvimento sustentável do setor no Brasil.

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/industria-quimica-brasileira-volta-a-ter-regime-especial-de-tributacao>

Repetro: é um regime aduaneiro especial que facilita a importação e exportação de bens destinados à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural. Criado no Brasil, este regime permite a suspensão ou isenção de tributos federais sobre equipamentos e materiais de elevado valor agregado, que não possuem similar nacional, incentivando assim a competitividade da indústria de óleo e gás. Além de reduzir custos operacionais para as empresas do setor, o REPETRO contribui para a atração de investimentos estrangeiros e o desenvolvimento tecnológico nacional, sendo fundamental para a viabilização de projetos de grande envergadura e complexidade técnica no país.

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/habilitar-empresa-no-repetro-sped> e <https://www.gov.br/pt-br/servicos/formalizar-pedido-de-concessao-inicial-ou-nova-admissao-no-repetro-sped>

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI): foi concebido para fomentar investimentos em projetos de infraestrutura considerados essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Por meio da desoneração fiscal e da simplificação de processos burocráticos, o REIDI visa a estimular a participação do setor privado em parcerias público-privadas (PPPs) e concessões. Este regime abrange uma ampla gama de setores, incluindo transporte, logística, energia, saneamento e telecomunicações, e busca não apenas melhorar a qualidade e a eficiência desses serviços, mas também atrair novos investimentos e tecnologias para o país.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11488.htm e

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/habilitar-empresa-no-regime-especial-de-incentivos-para-o-desenvolvimento-da-infraestrutura-reidi>

Políticas para Microempreendedor Individual e MPES: por meio de parceria com o SEBRAE e com atuação mais direta do MEMP, tem-se as seguintes ações com foco nos Estados e Municípios:

Sala do Empreendedor: É uma ação de integração que une os departamentos de Engenharia (Viabilidade), Saúde (Vigilância Sanitária) e Finanças (Fiscalização de Tributos) e é responsável por orientar os empreendedores, sobre os seguintes temas: emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento; emissão da certidão de zoneamento na área de empreendimentos; regularização de situação fiscal, tributária e cadastral dos contribuintes; certidões de regularidade fiscal e tributária; inscrição municipal, Baixa e outros assuntos correlatos.

Canal SEBRAE: Aqui é a porta de entrada para quem busca uma solução para começar a empreender ou para quem já empreende e quer esclarecer ou buscar orientações sobre diversos temas de como realizar a gestão de seu comércio ou novo negócio.

Os atendimentos nas unidades são ofertados de forma gratuita, sendo um canal de atendimento presencial voltado à promoção da competitividade e do desenvolvimento sustentável dos serviços do MEI. Além disso, no canal você pode obter informações sobre o processo de implementação, treinamento e suporte para a gestão da sala em seu município.

Capacitação de Fornecedores e Gestores Públicos em Compras Públicas de MEIS E MPES: recomendamos os cursos do SEBRAE de capacitação tanto de MEIs, MPES, Agricultores Familiares e também gestores públicos pra fins de contratações públicas.

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline>

Política de Artesanato: essa política foi desenvolvida com o propósito de prover informações necessárias à implantação de políticas públicas e ao planejamento de ações de fomento para o setor artesanal. Entre as ações, é possível, permitir o cadastramento único dos artesãos do Brasil, oferecer a emissão da Carteira Nacional do Mestre Artesão, promover o artesanato brasileiro e ampliar o setor artesanal por meio de feiras e eventos.

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato>.

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI (entidade vinculada ao MDIC): a ABDI busca estimular a transformação digital e a adoção e difusão de tecnologias e de novos modelos de negócios no setor produtivo, seja nas empresas, indústria ou serviços. Ainda, promove o debate entre governo e empresas para qualificar políticas públicas e ações estratégicas voltadas ao aumento da competitividade da economia brasileira frente aos desafios da Era Digital. Foco em transformação digital, de novos modelos de negócios, de uso de tecnologias para cidades inteligentes; Hub do Fórum Econômico Mundial em manufatura avançada e tecnologias para a indústria 4.0; Soluções inovadoras que levam maior eficiência a empresas de todos os portes, dos setores da indústria, comércio e serviços; Inovação para todos os municípios; Conexão entre governos e setor produtivo para qualificar políticas públicas; e Promoção de produtividade e a competitividade de todos os setores da indústria brasileira. (<https://www.abdi.com.br/>).

Projeto BIM (Modelagem de Informação da Construção): destinado a ampliar a adoção e difusão de novas tecnologias e novos modelos de negócios no setor produtivo. O objetivo é difundir e adotar a metodologia BIM no Brasil, por meio de duas frentes:

“Plataforma BIMBR”: Link: <https://plataformabimbr.abdi.com.br/>

Capacitações em BIM: por meio do curso democratizando BIM:
<https://plataformabimbr.abdi.com.br/>

Público-alvo: arquitetos, engenheiros, projetistas, fabricantes de materiais, construtoras, empreiteiras, estudantes e demais profissionais da indústria da construção.

Brasil Mais Produtivo: o programa visa aumentar a produtividade e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas mediante a adoção de melhorias de gestão e soluções digitais de rápida implementação, baixo custo e alto impacto, além de fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas a esse público. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e realizado em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Atendimento e execução:

SEBRAE: Aumento da produtividade e melhoria da gestão

Público-alvo: empresas dos setores da indústria, comércio e serviços com faturamento bruto anual igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões. Um Agente Local de Inovação (ALI) acompanha a empresa por até 6 meses.

Contrapartida da empresa: gratuito.

<https://brasilmaisprodutivo.mdic.gov.br/> <https://www.abdi.com.br/projetos/brasil-mais-produtivo/> <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/brasilmais-produtivo>

SENAI: metodologia de consultoria, com foco na produtividade, realizada a partir de um diagnóstico do nível de maturidade que orienta a aplicação da ferramenta de Manufatura Enxuta mais adequada à demanda, buscando um aumento de produtividade acima de 20%.

Público-alvo: micro, pequenas e médias empresas industriais.

<https://brasilmaisprodutivo.mdic.gov.br/> e <https://www.abdi.com.br/projetos/brasil-mais-produtivo/>

Digital.Br: iniciativa da ABDI, cujo objetivo é selecionar e acelerar políticas, programas e/ou projetos voltados à transformação digital de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), e visa garantir a atores públicos e agentes privados, formuladores de políticas e projetos, as ferramentas e os recursos financeiros necessários para implementarem e escalarem suas soluções digitais. Os projetos selecionados para implementação de piloto receberão prêmios de acordo com sua posição na lista de classificados.

Quem pode participar? - Redes ou ecossistemas de inovação compostos por, no mínimo, 3 instituições públicas ou privadas de nível estadual, distrital ou municipal.

<https://digitalbr.abdi.com.br/> e <https://www.abdi.com.br/projetos/digital-br/>

Cidades Inteligentes: também é uma iniciativa da ABDI, que objetiva ampliar a adoção e difusão de novas tecnologias e novos modelos de negócios no setor produtivo, testando tecnologias de Cidades Inteligentes (com foco em iluminação pública, gestão de tráfego inteligente, segurança pública e conectividade), e, com isso, demonstrar sua operação e resultados a gestores públicos municipais, estaduais e federais para o processo de transformação digital de entes públicos e do setor produtivo regional.

<https://www.abdi.com.br/projetos/cidades-inteligentes/>

Projeto Biocombustíveis: a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) está planejando e estruturando o plano de trabalho para a construção de uma plataforma e um programa de qualificação dedicado ao fortalecimento da cadeia produtiva do Agave. O projeto também envolve a primeira Biorrefinaria de Sisal, que produzirá itens como: fibra, biogás, biofertilizante, biocombustíveis, ração animal e derivados químicos. O objetivo é ampliar a capacidade de aproveitamento do sisal. Atualmente, o sisal explora apenas 4% do agave e está restrito apenas à produção de fibra. <https://www.abdi.com.br/projetos/projeto-biocombustiveis/>

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX/BRASIL (entidade vinculada ao MDIC): a Agência atua para promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira. Para isso, a Agência conta com escritórios da ApexBrasil nas regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul realizam atendimento permanente a empresas e parceiros públicos e privados de suas, que visam divulgar ações, dirimir dúvidas e direcionar atendimentos relacionados aos produtos e serviços da ApexBrasil, além de apoiar na interlocução com a sede da Agência. <https://apexbrasil.com.br/>.

Programa Exporta Mais Brasil: a ApexBrasil criou o Exporta Mais Brasil, que tem o objetivo de conectar o comércio exterior a empreendedores de todo o país. O Programa propicia a empresas brasileiras de diferentes setores produtivos a realização reuniões com compradores internacionais, que vêm ao Brasil em busca de produtos e serviços para realização de negócios. O Programa tem o objetivo de conectar o comércio exterior a empreendedores de todo o país. O Exporta Mais Brasil busca uma aproximação ativa com todas as regiões do país para potencializar suas exportações. Por meio do Programa, empresas de diferentes setores produtivos realizam reuniões com compradores internacionais, que vêm ao Brasil em busca de produtos e serviços ligados a setores específicos. O Exporta Mais Brasil é dividido em dois momentos com inscrições independentes:

Diálogos Exporta Mais Brasil: compartilha conhecimento sobre oportunidades exportação em diversos setores, aberto ao público geral, e

Rodadas de Negócios: viabilizam a vinda de potenciais compradores internacionais para encontros com produtores brasileiros selecionados de vários segmentos.

Público-alvo: empresas brasileiras não exportadoras ou iniciantes no processo de exportação

Contrapartida: as empresas são responsáveis pelo deslocamento até o evento.
<https://apexbrasil.com.br/exportamaisbrasil>

Programa Matchmaking on Demand (MoD): trata-se de uma iniciativa da ApexBrasil que visa a facilitar a aproximação entre empresas brasileiras exportadoras e compradores internacionais por meio de reuniões virtuais customizadas (one-on-one). Os compradores internacionais são arregimentados por uma consultoria contratada especificamente com esse objetivo, com base nas informações repassadas pela empresa brasileira. Os escritórios regionais da ApexBrasil realizam o primeiro atendimento e a etapa nacional do programa, contemplando a interlocução direta com as empresas brasileiras até o início das reuniões.

Saiba mais: <https://apexbrasil.com.br/content/apexbrasil/br/pt/eventos/matchmaking-on-demand-atendimento-customizado-2024.html>

Obs.: É possível realizar o agendamento de reunião one-on-one entre empresa brasileira exportadora e compradores internacionais da Europa ou Oriente Médio, Norte da África ou América do Sul, Índia ou África do Sul ou Angola ou Moçambique em formato customizado, de acordo com os mercados e setores de interesse da empresa brasileira.

Programa Mulheres e Negócios Internacionais: o Programa Mulheres e Negócios Internacionais foi criado para aumentar a participação de empresas brasileiras lideradas por mulheres nas cadeias globais de valor e na base exportadora brasileira, gerando mais equidade de gênero nos negócios internacionais. Conheça os cinco pilares que regem o compromisso ApexBrasil de equidade de gênero: Equidade; Capacitação; Apoio; Cooperação; e Transparência. Para saber mais, acesse o Link:

<https://apexbrasil.com.br/mulheresenegociosinternacionais#sobrenos>

Brasil Exportação: divulgamos as melhores oportunidades oferecidas por nossos parceiros para sua empresa levar um pouco do nosso país para o mundo. Conectamos empresas e prestadores de serviço de comércio exterior em um ambiente interativo e de fácil entendimento. Na Brasil Exportação, você tem o apoio necessário para vencer o desafio da exportação. Se você já exporta, a plataforma amplia as possibilidades de negócios. Sua missão é facilitar a vida do exportador para que ele possa alcançar sucesso internacional promovendo impacto social e econômico. Criada pela parceria entre ApexBrasil, Sebrae, CNA, CNI, além dos governos do Brasil e Reino Unido, integra em uma só comunidade digital todos os serviços de comércio exterior que sua empresa precisa. Para saber mais, acesse o Link:

<https://brasilexportacao.com.br/sobre-nos/>

Programas Setoriais - Agronegócio; Indústria e Serviços; etc.: em um mundo cada vez mais competitivo e globalizado, a ApexBrasil trabalha para que o Brasil esteja bem-posicionado no mercado global. Para isso, dividimos nosso trabalho em complexos, aqui chamados de setores, para que posamos conseguir apoiar diversos segmentos da economia. Para as empresas brasileiras temos projetos de promoção comercial divididos em: Alimentos, Bebidas e Agronegócios; Casa e Construção; Defesa e Segurança; Economia Criativa; Máquina e Equipamentos; Moda; Saúde; e Tecnologia da Informação e Comunicação. Confira se sua empresa se encaixa em algum dos complexos em que temos projetos pensados para fazer o Brasil brilhar lá fora.

Para saber mais, acesse os Links:

<https://apexbrasil.com.br/br/pt/setores.html>

<https://portal.apexbrasil.com.br/participe-dos-nossos-projetos-com-as-entidades-setoriais/>

Programa de Qualificação para Exportação (PEIEX): busca capacitar empresas para que iniciem o processo de exportação de seus produtos de forma planejada e segura. O Programa é estruturado a partir da oferta de treinamentos para os empreendedores, ensinando técnicas e estratégias para ingressar no mercado nacional, oferta de acesso a ferramentas que ajudam os empresários a identificar as melhores oportunidades de negócio no exterior, oferta aos empreendedores de oportunidades de participar de missões comerciais e rodadas de negócios, e oferta de orientações sobre questões burocráticas e logísticas, importantes para garantir a eficiência e segurança das operações de exportação. O PEIEX atua a partir de Núcleos Operacionais do PEIEX, situados em diversos municípios/regiões do país, e o Núcleo PEIEX a Distância, para empresas que estão fora do raio de atuação das outras unidades. Para a execução, o Programa conta com apoio de entidades executoras específicas para cada região, assim como instituições parceiras como: SEBRAE, Banco do Brasil, Correios, SENAI, Secretarias de Governo, Federações de Indústrias etc. Para saber mais, acesse o Link: **<https://portal.apexbrasil.com.br/agro/quero-preparar-minha-empresa-para-as-primeiras-exportacoes/>**

Projeto Comprador ABRAPA 2024: no Projeto Comprador ABRAPA 2024 grupos das principais organizações compradoras de algodão (com foco na Ásia) visitam o Brasil para conhecer o processo e a realidade de produção do algodão brasileiro em diversos estados produtores nas principais fazendas produtoras da fibra. Público-alvo: Empresas de pequeno, médio e grande porte, com maturidade exportadora média ou alta.

Contrapartida: Ação realizada no âmbito do projeto em parceria com ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

Para saber mais, acesse o Link: ABRAPA – A Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão) é uma entidade reconhecida internacionalmente que reúne os produtores de algodão no Brasil (<https://abrapa.com.br/>)

Projeto Comprador Café Torrado 2025: identificação de empresas brasileiras de café torrado que tenham interesse em exportar para o mercado americano, com foco em marcas próprias do varejo.

Público-alvo: empresas de pequeno, médio e grande porte, com maturidade exportadora média ou alta.

Contrapartida : ação realizada no âmbito do projeto em parceria com BSCA - Brazilian Specialty Coffee Association.

Para saber mais, acesse o Link: Brazil. The Coffee Nation (<https://bsca.com.br>)

Projeto Imagem Tv América Latina: neste convênio, iremos trabalhar com uma edição voltada para convidados da América Latina, com a vinda de um repórter e um cinegrafista de uma emissora de TV, com um roteiro mais personalizado, pensado para atender as necessidades do veículo. A ação tem como objetivo mostrar a diversidade e todo o potencial da indústria calçadista brasileira, os investimentos em ESG e sustentabilidade, apresentando cases de sucesso no desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste, de preocupação social, cultural e ambiental. Na agenda, estão previstas visitas a eventos setoriais, fábricas e lojas. A programação com a equipe de TV da Colômbia prevê, ainda, visita à cidade de Sobral, no Ceará, que foi desenvolvida a partir da instalação de empresas de calçados no município.

Público-alvo: empresas de pequeno, médio e grande porte, com maturidade exportadora média ou alta.

Contrapartida: ação realizada no âmbito do projeto em parceria com ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

(<https://abicalcados.com.br/>)

Projeto Imagem Tv Alemanha: Neste convênio, iremos trabalhar com uma edição voltada para convidados da Alemanha, com a vinda de um repórter e um cinegrafista de uma emissora de TV, com um roteiro mais personalizado, pensado para atender as necessidades do veículo. A ação tem como objetivo mostrar a diversidade e todo o potencial da indústria calçadista brasileira, com especial atenção aos investimentos em ESG e sustentabilidade, apresentando cases de sucesso ambiental, desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste, de preocupação social e cultural. Na agenda, estão previstas visitas a regiões

da Amazônia, para conhecer insumos, como a borracha extraída de seringueiras nativas do Acre, além de fábricas de calçados, lojas, e evento setorial.

Público-alvo: empresas de pequeno, médio e grande porte, com maturidade exportadora média ou alta.

Contrapartida: ação realizada no âmbito do projeto em parceria com ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados.

(<https://abicalcados.com.br/>)

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO (entidade vinculada ao MDIC):

Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (RENAMA). Portaria MCTI 4556 de 15 de abril de 2021, renovada por tempo indeterminado pela portaria SEPPE/MCTI n7979 de 14 de março de 2024.

Breve ementa do seu conteúdo e dos seus objetivos: promover o desenvolvimento, validação e implementação de metodologias alternativas ao uso de animais de experimentação no país. Estas metodologias são cada vez mais usadas no âmbito da pesquisa biomédica, mas sobretudo no registro de produtos relevantes para saúde humana no Brasil e em mercados internacionais. As metodologias, após passarem por um processo de validação, são adicionadas ao programa de metodologias de teste da OCDE e são aceitas em mais de 34 países.

Público-alvo: laboratórios acadêmicos, laboratórios prestadores de serviço, indústrias que precisam destas metodologias para registro de produtos (cosméticos, agroquímicos, etc). A rede possui 36 Laboratórios Associados e três Laboratórios Centrais, sendo o Inmetro um dos Centrais. Dentre os Laboratórios Associados temos dois laboratórios situados na região nordeste: Núcleo de desenvolvimento Farmacêutico e Cosmético (NUDFAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e o Laboratório de Ensaios Biológicos Farmacêuticos (LEBIFAR) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

(<https://www.renama.tec.br/>)

Descarbonize.ai: Sistema Integrado para Análise, Monetização e Descarbonização do Tráfego Veicular

Breve ementa do seu conteúdo e dos seus objetivos: O projeto visa incorporar métodos inovadores para estimar com precisão a eficiência energética, consumo e emissões de veículos de forma contínua, em condições reais de operação. Utilizaremos modelos de Machine Learning (ML) e Deep Learning (DL), bem como a concepção de soft-sensors, para reduzir significativamente a incerteza

associada a essas medições, algo que atualmente representa um desafio significativo para a indústria e para as políticas de eficiência energética.

Público alvo: indústria automotiva. Desenvolvimento da Metrologia Científica no Nordeste

Contrapartida (se houver): contrapartida de trabalho dos servidores do Inmetro, professores da UFPB, e UFRN

dimci@inmetro.gov.br

Programa Nacional de Capacitação em Metrologia do Inmetro (Pronac)

O Programa visa a obtenção de servidores e colaboradores capacitados na execução das atividades dos órgãos delegados (OD) do Inmetro que compõem a Rede Brasileira de Metrologia e Qualidade do Inmetro (RBMLQ-I) em todo o Brasil, visando contribuir na melhoria da qualidade da prestação dos serviços do Inmetro. Os objetivos específicos são:

- Capacitar o maior número possível da força de trabalho da RBMLQ-I, ampliando a oferta de cursos;
- Prover a modalidade adequada de treinamento (presencial, híbrido ou à distância) conforme a especificidade da natureza do curso e do público alvo;
- Priorizar a formação de técnicos que atuam nos IPEM no trabalho de fiscalização e vigilância do mercado, a fim de aumentar a cobertura e a qualidade da atividade delegada do Inmetro em todo o Brasil.

Público alvo: servidores e colaboradores, encarregados da fiscalização nos IPEM;

Contrapartida: houve a participação do pessoal do INMEQ-AL, IBAMETRO, IPEM-FORT, INMEQ-MA, IPEM-PB, IPEM-PE, IMEPI, IPEM-RN e ITPS-SE nos cursos de Formação de Agentes/ Execução de Atividades Materiais e Acessórias em Metrologia Legal, Execução de Ensaios em Medidores de Energia Elétrica, e Introdução à Linguagem Simples. A expectativa é que o conhecimento adquirido nestes e nos próximos cursos sirva de subsídio para evolução do trabalho dos respectivos órgãos na busca pela excelência dos serviços para a sociedade; e **pronac@inmetro.gov.br**.

Programa de Desenvolvimento Regional da Infraestrutura da Qualidade (ProdiQ), do Inmetro instituído por meio da Portaria Inmetro nº 390/2023.

Breve ementa do seu conteúdo e dos seus objetivo: Fomentar a acreditação de laboratórios de ensaio e calibração para o fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade no Brasil e a formação de profissionais nas áreas de metrologia e qualidade nas regiões Norte e Nordeste do país.

Público alvo: instituições públicas.

Contrapartida (se houver): as instituições públicas que aderirem ao Programa deverão dispor de recursos para consecução do objeto do Protocolo de Intenções, não caracterizando qualquer compromisso de repasse de recursos financeiros entre as instituições e o Inmetro. Os serviços decorrentes do Protocolo de Intenções serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo às instituições e ao Inmetro quaisquer remunerações (art. 2º da referida Portaria).
cgcre@inmetro.gov.br

Atualização na regulamentação dos procedimentos para inspeção periódica de veículos e equipamentos rodoviários destinados a transporte de produtos perigosos em locais remotos

Breve ementa do seu conteúdo e dos seus objetivo: a realização de inspeção periódica de veículos e equipamentos rodoviários destinados ao transporte de produtos perigosos por Organismos de Inspeção Acreditados-Veicular (OIA-VA) e Organismos de Inspeção Acreditados-Produtos Perigosos (OIA-PP), de forma extraordinária, em locais remotos do país.

Público alvo: todas as regiões do país.

Contrapartida (se houver): não se aplica

dconf@inmetro.gov.br

31. MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- Programa do Artesanato Brasileiro
- Portal do Empreendedor (Microempreendedor Individual)
- Registro e Legalização de Empresas
- Mapa de Empresas

32. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Programas de capacitação digital, popularização da ciência e inovação:
- Mais Ciência na Escola
- Casa Digital
- Popularização da Ciência
- Ambientes Inovadores e Empreendedorismo

33. MINISTÉRIO DO TURISMO

Infraestrutura, Crédito e Investimentos no Turismo:

- Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística
- Melhoria da Mobilidade e Conectividade Turística
- Captação e Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor do Turismo
- Aproveitamento Turístico de Ativos Naturais de Domínio Público
- Aproveitamento Turístico de Ativos Culturais de Domínio Público
- Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR)



Planejamento, Sustentabilidade e Competitividade no Turismo:

- Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional
- Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno
- Incentivo à Sustentabilidade no Turismo
- Apoio à Inovação e ao Desenvolvimento de Destinos Turísticos Inteligentes e de Cidades Criativas
- Apoio à Inteligência, Estudos, Pesquisas e Observatórios de Turismo
- Apoio ao Desenvolvimento e à Comercialização de Produtos e Experiências Turísticas
- Apoio à Produção Associada ao Turismo
- Apoio ao Programa de Cadastramento, Fiscalização e Qualificação dos Serviços e do Profissional do Turismo
- Articulação e Ordenamento Turístico (Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento do Turismo)
- Gestão e Monitoramento do Programa de Regionalização do Turismo
- Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor de Turismo (CADASTUR)
- Calendário Nacional de Eventos Turísticos
- Cursos de Qualificação no Turismo (Plataforma Qualifica Turismo)

34. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O desenvolvimento da sua cidade passa por aqui

- **Arrecadação de Contas** - facilidade na liquidação de tributos federais, estaduais e municipais, assim como faturas para os segmentos de saneamento, telefonia, energia elétrica e gás da sua entidade



- **Arrecadação de Tributos Federais, Estaduais e Municipais** - quitação de tributos e multas, por meio de DARF, DAS, guias do INSS, E-social e demais guias municipais e estaduais via Gerenciador CAIXA ou pagamento à fornecedor via arquivo
- **CAIXA Políticas Públicas** - produto de prestação de serviços especializados para análise, acompanhamento, assessoria e consultoria para implementação de políticas públicas, desenvolvidos conforme as necessidades do cliente
- **Contratos de Repasse do OGU** - acompanhamentos de Contratos de Repasse
- **Fundos de Investimento** - os Fundos de Investimento da CAIXA são a melhor opção para diversificar suas aplicações. Com a CAIXA você investe de acordo com o seu perfil.
- **Conta Única** - sistema de caixa único, que confere segurança, eficiência e praticidade à gestão financeira
- **Custeio de Serviços Previdenciários** - apoio à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social
- **FINISA** - o programa possibilita que os Entes Públicos financiem obras de infraestrutura urbana e social (mobilidade urbana, prédios públicos, hospitais, creches e presídios), obras de infraestrutura econômica (energia, logística, petróleo, telecomunicações, biocombustível, gás e indústria naval) e de saneamento ambiental (resíduos sólidos urbanos, água, esgoto e drenagem), bem como para retomada de obras, regularização fundiária e apoio à Parceria Público-Privado (aporte financeiro e estruturação de projetos).

Principais benefícios:

- » Celeridade na concessão do crédito;
 - » Sem aporte de contrapartida;
 - » Sem obrigatoriedade de projeto;
 - » Financiamento simplificado, baseado nos investimentos previstos da LOA/LDO do Ente;
 - » Versatilidade para ajustes nas ações financiáveis enquadradas como despesas de capital;
 - » Menor custo do mercado em financiamentos similares.
- **Recadastramento do Servidor Público** - apoio à manutenção da regularidade cadastral dos servidores públicos e do pagamento de benefícios previdenciários para aposentados e pensionistas
 - **FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
 - **Parcerias Público-Privadas** - serviços de assessoramento técnico, jurídico, econômico e socioambiental para governos municipais, estaduais e órgãos públicos
 - **PNAFM** - o apoio técnico e financeiro para modernizar a gestão administrativa e fiscal do seu município
 - **Pró-Cidades** - ações para reabilitação de áreas urbanas e modernização tecnológica urbana

- **Pró-Transporte** - financiamento para os setores público e privado investirem na mobilidade urbana
- **Pró-Moradia** - financiamento para o setor público que visa oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social
- **Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) I** - o Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 tem prioridade de atendimento de famílias enquadradas na renda familiar bruta mensal até R\$ 2.640 (demanda urbana) e anual até R\$ 31.680,00 (demanda de comunidades rurais e de povos tradicionais).
- Conforme as Portarias 741/2023 e 862/2023, o Ministério das Cidades realizará a seleção de propostas no Ciclo 2023 conforme os seguintes critérios:
 - » Critérios territoriais: para todas as modalidades, dentre outros, destacamos: a) propostas localizadas em municípios cuja relação percentual entre a população negra (pretos e pardos) ou indígena e o total seja maior que a média nacional, segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;
 - » Critérios sociais: com base nas informações declaradas pela Entidade Organizadora no ato de apresentação da proposta, para as modalidades Produção de unidades novas e Produção de unidades requalificadas, dentre outros, destacamos: l) propostas que contemplem o atendimento de povos tradicionais e quilombolas;

Ressaltamos que o atendimento às comunidades tradicionais deve ser priorizado e estaremos estabelecendo a contratação das propostas conforme seleção a ser realizada pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

- **Programa Parcerias/MCMV Cidades** - a iniciativa oportuniza o acesso à moradia as famílias com renda mensal bruta de até de R\$ 8 mil, por meio de aportes públicos (Estados, Municípios, DF e União).
- **Programas Regionais de Benefícios Sociais** - pagamento de programas sociais de transferência de renda, de estados e municípios, de caráter permanente, temporários e emergenciais.
- **Sala das Cidades e Estados** - Um espaço dedicado aos gestores públicos para atender às necessidades dos governos estaduais e prefeituras, com equipe da CAIXA preparada para buscar soluções e orientação técnica, viabilizando o crescimento e a melhoria da qualidade de vida da população.
- **Saneamento para Todos** - financiamento para os setores público e privado investirem na qualidade de vida dos brasileiros

35. BANCO DO BRASIL

Soluções Crédito

A solução de crédito do Banco do Brasil para financiamento aos Estados e Municípios é o BB Financiamento Setor Público. Trata-se de uma solução de crédito simplificada e ágil para o financiamento de despesas de capital dos entes públicos, apoiando projetos de investimentos e/ou a aquisição de bens e serviços.

- **Projetos no Município:** Recursos para implementar as políticas públicas previstas no PPA, o Programa de Eficiência Municipal (PEM) pode ser a solução.
- **PEM + Sustentável:** Para apoiar os governos municipais na aquisição de bens ou serviços com externalidades socioambientais, com carência ampliada.
- **Infraestrutura:** Melhorias em eficiência energética, iluminação pública, saúde, mobilidade urbana e educação em seu estado

Gestão financeira e acompanhamento

O Banco do Brasil apoia o setor público com soluções que facilitam a transparência de dados impulsionando a credibilidade na gestão pública eficiente

- **BB Gestão Ágil:** para acompanhar a execução financeira dos repasses
- **Fluxo de Caixa:** fluxo financeiro do Ente Público no BB Digital
- **Arrecadação Integrada ao Pix:** funcionalidade que permite ao ente público emitir guias de arrecadação com QR Code Pix, facilitando o pagamento por parte do contribuinte, que poderá utilizar qualquer instituição financeira ou de pagamento participante do SPI (sistema de pagamentos instantâneos).
- **Arrecadação Multibanco:** solução de recebimento de tributos nos canais do ente público (totens e mesas de atendimento), com cartão de débito de qualquer banco emissor
- **Distribuição:** serviço que distribui a arrecadação do estado aos municípios sob sua jurisdição

Investimentos

Rentabilidade, segurança, solidez e tradição da marca Banco do Brasil

- **Fundos Setor Público:** fundos de investimento elaborados exclusivamente para o Setor Público, com presença de 100% título público, ou títulos públicos e privados e características de liquidez e rentabilidade diárias, além do resgate com rendimento, sem carência

- **Investimentos para RPPS:** temos um portfólio completo com opções de investimentos destinadas aos Regimes Próprios de Previdência Social, tanto em renda fixa quanto em renda variável

Cartões pensados para o Setor Público

- **Cartão de pagamento de Defesa Civil BB:** para despesas de assistência às vítimas e serviços essenciais.
- **Cartão de pagamento Estadual e Municipal BB:** mais agilidade, controle e modernidade na gestão de recursos.

Soluções digitais

- **BB Digital Setor Público:** um ambiente para autoatendimento, via internet, com soluções, serviços, transações e informações financeiras para os clientes do Setor Público
- **Aplicativos:** você pode contar com as diversas soluções eletrônicas do BB para troca de dados na prestação de serviços financeiros e gestão de seus pagamentos e recebimentos
- **Licitações:** adquirir seus bens e serviços pela internet é muito mais fácil. Com o BB, esse processo é feito com apenas alguns cliques
- **BB Integra:** Um sistema desenvolvido pelo BB que reúne dados abertos dos municípios brasileiros em um só lugar

BB e o Pacto Federativo: BB Agente financeiro do Tesouro Nacional

- Distribuição do FPM e FPE
- Distribuição do FUNDEB e QSE
- Repasses fundo a fundo: Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública

Soluções que apoiam o desenvolvimento socioeconômico

- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
- Fundo de Garantia de Operações - FGO Original e FGO Pronampe
- Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC
- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
- Fundo de Financiamento Estudantil - FIES
- Programa Alimenta Brasil

36. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

- **BNDES FINAME:** aquisição de máquinas e equipamentos (industriais, agrícolas, carretas)
- **FGI PEAC:** amplia o acesso ao crédito MEIs e MPMEs, permitindo a manutenção do emprego e da renda, por meio da concessão de garantias
- **BNDES Automático:** investimentos em implantação de projetos
- **Cartão BNDES:** aquisição de insumos e produtos de forma ágil
- **Procap-Agro Giro:** Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias
- **BNDES Crédito Rural:** apoio às atividades agropecuárias, incluindo a pesca, a aquicultura, a produção florestal e agroindustriais
- **BNDES Crédito Pequenas Empresas:** capital de giro visando a manutenção e a geração de empregos, para empresas/grupos com faturamento anual de até R\$ 300 milhões
- **BNDES FINEM:** investimentos em implantação e expansão de projetos. Destaque para:
 - **BNDES FINEM Infraestrutura Logística:** implantação, expansão, modernização e recuperação da infraestrutura logística do país, incluindo aquisição de equipamentos e sistemas operacionais
 - **BNDES FINEM Setor Público:** apoio do BNDES aos Estados e Municípios em diversas temáticas (segurança pública, educação, saúde, infraestrutura, gestão, meio ambiente, entre outras)
 - **BNDES FINEM PMAT:** projetos de investimento destinados ao fortalecimento das capacidades gerencial, normativa, operacional e tecnológica da administração municipal

37. MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

- Imóveis e áreas da União - SPU
- Repasse para municípios - SPU
- Transfere.gov e Rede de Parcerias
- Obras.gov
- Rede Gov.br e Conta gov.br
- Estratégia de governo digital
- Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP)
- Compras.Gov
- Atas de Registro de Preço - Central de Compras
- Programa Nacional de Processo Eletrônico – PROPEN

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

- Escola Virtual.Gov (+ de 600 cursos virtuais gratuitos)
- Trilha de capacitação e Certificação Profissional Básica em Licitações e Contratos Administrativos
- Líderes que Transformam - seleção de lideranças
- Liderando para o Desenvolvimento - formação de lideranças
- MBA em Gestão Pública
- Semana de Inovação
- Colabs - aceleração e mentoria para equipes e Laboratório de Inovação
- Janela Avaliação de Políticas Públicas

38. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE | MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

- Dados de estados e municípios
<https://cidades.ibge.gov.br/>
- Dados do Censo 2022
<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Sistema IBGE de Recuperação de Dados – SIDRA
<https://sidra.ibge.gov.br/>
- IBGEeduca
<https://educa.ibge.gov.br/>



- Serviços IBGE no Gov.br
<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/fundacao-instituto-brasileiro-de-geografia-e-estatistica>



39. SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

Melhore a gestão de seu estado ou município

Conte com a expertise da maior empresa de TI do governo



Nossos produtos contam com um processo de contratação simples, por dispensa de licitação, reduzindo custos e burocracia, visando a melhoria da gestão pública e sua entrega para a sociedade. Conheça as soluções do Serpro que viabilizam a Cidadania Digital para todos os cidadãos, de norte a sul do país:

<https://campanhas.serpro.gov.br/estadosemunicipios>

40. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

- Defesa do patrimônio público
- Controle interno e auditoria governamental
- Fiscalização e avaliação de políticas públicas e programas de governo
- Integridade pública e privada
- Correição e responsabilização de agentes públicos e de entes privados
- Prevenção e combate a fraudes e à corrupção
- Ouvidoria
- Incremento da transparência, dos dados abertos e do acesso à informação
- Orientações sobre ética pública e prevenção do nepotismo e dos conflitos de interesses
- Suporte à gestão de riscos

41. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

- Informações sobre débitos inscritos em Dívida Ativa da União e sobre certidão de regularidade fiscal
- Negociação de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, através dos institutos da transação, do parcelamento e do negócio jurídico processual, nas formas previstas pelas Portarias PGFN n.º 6.757, de 2022, PGFN n.º 742, de 2018, Edital PGDAU n.º 03, de 2023, e Lei 10.522 de 2002
- Orientações sobre o Portal Regularize
- Informações sobre o andamento de pedidos de operação de crédito interno com garantia da União
- Convênio com a PGFN para fins de cobrança da dívida ativa do Simples Nacional, conforme art. 41, §3º, da LC no 123, de 2006 e art. 139 da Resolução CGSN nº 140, de 2018

Procuradoria Geral da União – PGU

- Capacitação referente à Cartilha de "Condutas vedadas a Agentes Públicos no Período Eleitoral"

Procuradoria Geral Federal – PGF

- Facilitação na regularização de débitos tributários e não tributários perante autarquias e fundações públicas federais (parcelamento e transação); e
- Oferecimento de medidas locais inclusivas promovidas por autarquias e fundações públicas federais (capacitação, treinamento e parcerias).

42. SECRETARIA - GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

+ Participação Social

- Plataforma Brasil Participativo
- Conferências Nacionais
- Grupos Técnicos

Participação Social na Agenda Internacional

- Diálogos Amazônicos
- COP 28
- Cúpula Social do Mercosul
- Agenda 2030 da ONU

Diálogos e Articulação

- Respostas aos pedidos dos movimentos
- Mesas de Diálogos
- Apoio à agroecologia (PNAPO e CNAPO)
- Direitos para os atingidos por barragens
- Pró-Catadores
- Desintrusão de Áreas Indígenas

Quiosque MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

- Normativas para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil
- Regulamentação da Lei 13.019 no âmbito dos estados e municípios
- Fortalecimento das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil

Secretaria Nacional da Juventude

- Adesão ao Sistema Nacional de Juventude;
- Emissão das carteiras do Programa Identidade Jovem (ID JOVEM)
- Cartilha de Como Implantar a Política Municipal de Juventude
- Cartilha de Emendas para Estação Juventude
- Conselho Nacional da Juventude
- Fórum Nacional de Gestores da Juventude
- Caravana da Paz

43. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mais transparência com o **COMUNICABR**: o Brasil em números, dados e ações. O ComunicaBR é uma nova plataforma digital que divulga o andamento e execução das principais ações do governo federal nos níveis municipal, estadual e nacional. Tudo pode ser consultado de forma simples, intuitiva e democrática. Basta acessar gov.br/comunicabr. Com o ComunicaBR, os cidadãos podem visualizar investimentos e entregas de programas como o Novo Bolsa Família, o Novo PAC, o Mais Médicos, e muitos outros. Essa é mais uma medida de transparência do governo federal.



MídiaCAD: o Mídiacad é o Sistema de cadastro de veículos de comunicação, divulgação e formas inovadoras de comunicação da Secretaria de Comunicação Social (Secom), que tem como objetivo fornecer aos integrantes do Sistema de Comunicação integrada do Governo Federal (Sicom) informações cadastrais,

comerciais e negociais dos veículos dos diversos meios de comunicação para o planejamento de mídia dos órgãos e entidades do SICOM. Os veículos de comunicação que desejarem participar das ações de comunicação desenvolvidas pelos órgãos integrantes do Sicom devem possuir cadastro com status conforme no Midiacad

RadCOM: o prazo para cadastro de associações e fundações com outorga para prestação do serviço de radiodifusão comunitária interessadas em veicular patrocínio sob a forma de apoio cultural vai até 8 de abril deste ano. O processo de cadastramento foi definido pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República, por meio da Portaria Secom nº 15/24, publicada no Diário Oficial da União.

As emissoras de radiodifusão comunitária devem acessar o formulário para cadastro e preencher todos os campos. Inicialmente, devem ser preenchidos os dados da rádio e do responsável legal.

Canal WhatsApp: o Governo Federal tem um canal exclusivo no WhatsApp. O recurso permite que um número ilimitado de usuários receba, diariamente, informações exclusivas — como lançamentos ou atualizações de política públicas, pronunciamentos de autoridades e ações emergenciais.

Ta na mão: são comunidades no whatsapp que funcionam como grupos, mas apenas os administradores conseguem enviar mensagens, assim você não recebe muitas mensagens

<https://www.gov.br/secom/pt-br/ta-na-mao/>

Quais conteúdos são divulgados? Anúncios, ações, atividades, políticas públicas, tudo o que o Governo Federal está fazendo para melhorar a vida do povo brasileiro.

Além disso, ações de cada estado também serão enviadas nos grupos específicos.

Posso interagir? Nesse primeiro momento NÃO. Esse é um canal apenas para que as pessoas recebam as novidades, mensagens enviadas ao administrador não serão respondidas.

Importante — Para que você consiga clicar nos links enviados na comunidade, você precisa salvar o contato do administrador na sua agenda.

O BRASIL NA PRESIDÊNCIA DO G20

O Brasil ocupa pela primeira vez a presidência temporária do Grupo dos Vinte (G20), um papel de liderança que se estende de 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024. Desde sua origem, focada em questões macroeconômicas, o G20 evoluiu para incluir uma gama diversificada de tópicos, abrangendo desde comércio e desenvolvimento sustentável até saúde, agricultura, energia, meio ambiente, mudanças climáticas, turismo, interação social e combate à corrupção. Conheça mais sobre as ações do G20.



BRASIL CONTRA FAKE

O site Brasil Contra Fake é uma plataforma dedicada à divulgação de informações e esclarecimentos sobre desinformação relacionadas às ações institucionais do Governo Federal, assim como políticas públicas que estão sendo alvo de desinformação.



